

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLAI”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem o controle direto da: (i) VRG Linhas Aéreas S.A. (“VRG”) que explora essencialmente: (a) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social; e da (ii) Smiles S.A., que explora essencialmente: (a) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; e (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes.

Adicionalmente, a GLAI é a controladora direta das subsidiárias GAC Inc. (“GAC”), Gol Finance (“Finance”), Gol LuxCo S.A. (“Gol LuxCo”), Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”) e indireta da Webjet Linhas Aéreas S.A. (“Webjet”).

A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista, a GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações.

A Gol Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, que opera voos domésticos e internacionais, oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e Caribe.

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada VRG constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP BOB”) com o objetivo de desenvolver e explorar a venda a bordo de alimentos e bebidas em voos domésticos. A VRG tem participação societária de 50% no capital social da sociedade, cuja operação teve início em setembro de 2011.

Em 1 de agosto de 2011, a controlada VRG adquiriu a totalidade do capital social da Webjet, uma Companhia aérea com sede na cidade do Rio de Janeiro. A operação foi aprovada pelas autoridades competentes: (i) ANAC em 3 de outubro de 2011 e (ii) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de outubro de 2012.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia iniciou o processo de descontinuidade da marca Webjet, juntamente com o encerramento de atividades operacionais, permanecendo a VRG, a partir dessa data, responsável por todos os serviços de transporte aéreo e assistência aos passageiros e clientes da Webjet. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11.

Em 27 de abril de 2012, a controlada VRG constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP TRIP”) com o objetivo de desenvolver, produzir e explorar a “Revista Gol”, distribuída gratuitamente nos voos da Companhia. A participação societária da VRG equivale a 60% do capital social da SCP TRIP.

Em 28 de fevereiro de 2013, a Gol Dominicana Lineas Aereas SAS foi constituída de acordo com as leis da República Dominicana, sediada em Santo Domingo sendo controlada direta da GLAI. A Gol Dominicana encontra-se em fase pré-operacional.

A Gol LuxCo S.A. foi constituída em 21 de junho de 2013, de acordo com as leis de Luxemburgo, onde encontra-se sediada. A Gol LuxCo é subsidiária integral da Companhia e sua atividade está relacionada à captação de recursos para o financiamento de atividades operacionais diversas.

Em dezembro de 2012, a Companhia comunicou a segregação das atividades relacionadas ao programa de relacionamento “Smiles”, anteriormente conduzidas pela sua controlada VRG, as quais passaram a ser conduzidas pela Smiles S.A., controlada que foi constituída no dia 10 de junho de 2012 e teve suas operações iniciadas a partir de 2013. Em abril de

2013, a Smiles S.A. concluiu o processo de oferta pública de ações, dando início à negociação de suas ações junto à BM&F Bovespa. Tal evento motivou a emissão de 52.173.912 ações ordinárias ao preço de R\$21,70 reais por ação, resultando em uma captação total de R\$1.095.772, líquida dos custos de emissão de R\$36.402. Atualmente a Companhia detém 57,3% do controle acionário da Smiles S.A., mantendo sua posição de acionista controlador.

Os ganhos decorrentes da redução da participação acionária na Smiles S.A., em 31 de dezembro de 2013 representam o montante de R\$611.130 e estão registrados no Patrimônio Líquido.

O Programa Smiles permite o acúmulo de milhas que podem ser resgatadas por produtos ou serviços de diversos parceiros. As milhas são emitidas pelo Programa Smiles para: (a) premiação dos passageiros participantes por meio do programa de fidelidade da VRG; (b) venda de milhas a bancos que premiam seus clientes de acordo com os gastos com cartão de crédito; e (c) venda de milhas a clientes de varejo e entretenimento, a pessoas físicas e a parceiros aéreos.

Em 08 de outubro de 2013, a controlada Smiles S.A. assinou o acordo de investimento para aquisição de 25% do capital social da Netpoints, que atua no segmento de programa de fidelização de clientes de grandes redes varejistas. Em 21 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação, viabilizando assim a conclusão do acordo. O pagamento para aquisição de 25% no montante de R\$25.000 será realizado em 04 (quatro) parcelas iguais sendo que em 10 de fevereiro de 2014, foi realizado o pagamento da primeira parcela no montante de R\$6.250. As demais parcelas estão previstas para serem pagas, até 07 de maio de 2014, até 07 de agosto de 2014 e até 07 de novembro de 2014, ajustadas pela variação do IGP-M até a data do respectivo pagamento. A transação também prevê a opção de aquisição total de 50% mais uma ação da Netpoints, a qual poderá ser exercida após o término do exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2013, a Smiles S.A. incorporou sua acionista não controladora G.A Smiles Participações S.A. com o objetivo de simplificar e modernizar sua estrutura societária. A incorporação foi realizada pelo valor contábil de seu patrimônio em 31 de dezembro de 2013, sendo que a operação não deu origem a um aumento de capital social e/ou emissão de novas ações. O ágio para fins fiscais gerado na operação de R\$214.534 deu origem a um crédito fiscal de R\$72.942, tendo como contrapartida a reserva especial de ágio no patrimônio líquido registrado no ato da incorporação e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da controlada, sendo que a parcela atribuída à Companhia pelo montante de R\$41.792 correspondente à sua participação de 57,3% sobre a Smiles.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de março de 2014. A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro

("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS; e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – "CFC" e pela Comissão de Valores Mobiliários – "CVM".

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto lado a lado, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Critérios de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

	Localidade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
			31/12/2013	31/12/2012
VRG	Brasil	Direto	100%	100%
GAC Inc. (*)	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Gol Finance (*)	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Webjet	Brasil	Indireto	100%	100%
SCP BOB (**)	Brasil	Indireto	50%	50%
SCP Trip (**)	Brasil	Indireto	60%	60%
Smiles (***)	Brasil	Direto	57,3%	100%
Gol Dominicana	República Dominicana	Direto	100%	-
Gol LuxCo (*)	Luxemburgo	Direto	100%	-

(*) Por se tratarem de uma extensão da Companhia, são refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o Real como moeda funcional.

(**) Por tratarem de operações em conjunto os ativos, passivos e resultados são reconhecidos linha a linha de acordo com o percentual de participação da Companhia.

(***) A Companhia não possuía atividade operacional em 31 de dezembro de 2012.

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos que a controlada VRG possui em suas sucursais no exterior (América do Sul, Caribe e Estados Unidos) também são eliminados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante de caixa e possuem um risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Caixa restrito

Consiste em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo.

d) Ativos e passivos financeiros

Consistem em instrumentos financeiros não derivativos e incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas.

A mensuração do reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros está demonstrada a seguir:

Instrumento financeiro não derivativo	Reconhecimento inicial
Ativo	Valor justo
Passivo	Valor justo deduzido dos custos diretos à emissão *

* Exceto instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado, cujos custos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Após o reconhecimento inicial, são mensurados a cada data de balanço de acordo com a classificação pré-definida, com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação (adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo): os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta categoria.

ii. Mantidos até o vencimento: possuem pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos que a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros, deduzido de perdas ao valor recuperável (quando aplicável). As variações, quando incorridas, são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

iii. Empréstimos e recebíveis: com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável) são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui principalmente saldos de depósitos bancários e contas a receber classificados nesta categoria.

iv. Disponíveis para venda: não se enquadram nas categorias acima, são mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes das marcações de mercado reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, até que o investimento seja alienado e os ganhos e perdas acumulados sejam reclassificados para o resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. O saldo na rubrica de “Aplicações Financeiras” é

composto por títulos de depósitos no exterior (*time deposits*), com prazo superior a 90 dias de vencimento a partir da data da aplicação, e seus montantes estão sujeitos a significativas variações.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

- **Passivos financeiros**

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Consistem em passivos designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (exceto os designados como instrumentos de *hedge*) ou passivos geralmente negociados antes do vencimento. A cada data de balanço são mensurados ao valor justo, e as variações decorrentes, juros, atualização monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica nesta categoria os derivativos não designados como instrumento de *hedge* efetivo.

ii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado não são negociados antes do vencimento. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A Companhia possui nesta categoria empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os arrendamentos financeiros) e contas a pagar a fornecedores.

e) Contas a receber

São mensuradas com base no custo (líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há evidência de que a Companhia não irá receber os montantes de acordo com os termos estipulados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, calculado mediante análise de riscos e análise histórica da recuperação dos valores em atraso. A provisão é constituída para contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de Companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análise individual.

f) Estoques

Constituídos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição, são apresentados pelo menor valor entre o seu custo e o valor líquido realizável. Os custos são determinados pelo método do custeio médio, e abrangem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis.

g) Arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 e o IAS 17 - “Arrendamento Mercantil”, os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade, riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem ao arrendatário, ou quando atendem as seguintes condições:

i. O arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do contrato;

- ii. O arrendatário tem a opção de comprar o ativo a um preço suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a possibilidade de compra se tornar exercível, de forma que no início do arrendamento mercantil seja razoavelmente certo de que a opção de compra será exercida;
- iii. O prazo do arrendamento mercantil é a maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida;
- iv. No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato totaliza substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado;
- v. Os ativos arrendados são de natureza especializada, somente o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações.

Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros.

A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada no resultado como despesa financeira. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazos. As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro que possuem opção de compra ao final do contrato são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20%, estimado com base nos preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento.

Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

- *Sale-leaseback*

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- i. Imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- ii. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado);
- iii. Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o exercício esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

Se a transação de *sale-leaseback* resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento. A Companhia não efetuou operações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamento mercantil financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

h) Despesas antecipadas

Representam pagamentos antecipados cujos benefícios à Companhia ocorrerão em momento posterior à data do balanço, obedecendo aos critérios de segregação entre curto e longo prazo.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado como receita ou despesa operacional, com base nas demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, por meio de práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia. O saldo de investimento inclui o montante avaliado pelo método de equivalência patrimonial, o saldo de mais valia de ativos e o ágio, que nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentados de acordo com sua natureza.

j) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registrados como ativo fixo e geralmente depreciados em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se a pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation* e aeronaves 737-MAX.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada ou pelo prazo contratual, dos dois o menor, quando não existe opção de compra ao término do arrendamento.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº16.

A Companhia segue o CPC 27 e o IAS 16 - “Imobilizado”, e realiza a capitalização de gastos com grandes manutenções de motores. Tal prática estabelece que os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) devem ser capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Os gastos reconhecidos diretamente no resultado referem-se a custos de manutenção de outros componentes de aeronaves ou, ainda, de manutenção de motores que não prolongam a vida útil dos mesmos.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção, incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves, são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, visando os custos inerentes às devoluções, considerando às condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional.

k) Ativos intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

i. **Ágio por expectativa de rentabilidade futura**

O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa, as controladas operacionais VRG e Smiles S.A. (desde a segregação das operações). A Administração exerce julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas e com os planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

ii. **Direitos de operações em aeroportos**

Foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iii. **Marca**

A marca originada pela aquisição da VRG foi capitalizada a valor justo na data da aquisição. A vida útil estimada dessa marca foi considerada indefinida, e, portanto, esse ativo não é amortizado. O valor contábil da marca é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. As circunstâncias atuais relacionadas à utilização da marca levaram a Companhia a registrar a baixa do valor residual conforme nota explicativa nº17.

iv. **Software**

Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente e amortizados por um período não excedente a 5 anos em base linear.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. A Companhia avalia seus intangíveis e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável conforme nota explicativa nº17.

I) Depósitos

i. **Depósitos para manutenção de aeronaves e motores**

Referem-se a pagamentos em Dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquido de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso os custos incorridos na manutenção sejam efetivamente menores em relação aos depositados anteriormente, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. O valor em excesso das manutenções, devido pelo arrendador na data de expiração do contrato, que não considerados significativos, são

reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2013, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

ii. Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento

São representados por montantes depositados em parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial” na demonstração de resultado do exercício.

n) Contabilização de hedge

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos das variações do preço de combustível, da taxa de moeda estrangeira e das taxas de juros. Os derivativos podem ser ou não designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados em *hedge* de valor justo ou em *hedge* de fluxo de caixa.

Para ser classificado como *hedge accounting*, o instrumento derivativo deve ter uma relação efetiva de proteção na compensação das mudanças de valor justo ou do fluxo de caixa do item objeto de *hedge*. No início da relação do *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos, bem como se a operação será designada para *hedge accounting*.

i. *Hedge* de valor justo

As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e em seu item objeto são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

ii. *Hedge* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo destes instrumentos é reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulada na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido. Ganhos ou perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

No momento em que o item protegido afeta o resultado, os valores anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou (iii) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no

resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

o) Remuneração baseada em ações

A mensuração do valor justo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais da Companhia na data da outorga da opção e da ação restrita utiliza o método de precificação *Black-Scholes*. Esse valor justo é registrado pelo método acelerado de acordo com CPC 10 (R1) – “Pagamento Baseado em Ações”, como despesa no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (exercício de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do Patrimônio Líquido. O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

Sempre que a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão pela passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

As provisões para devolução de aeronaves e motores obedecem critérios distintos em relação ao momento em que tais despesas são reconhecidas no resultado.

i. Provisão para devolução de aeronaves

As aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que tratam-se de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de “outros equipamentos de voo” do ativo imobilizado (vide nota 16). Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente e o passivo atualizado de acordo com a taxa desconto com contrapartida registrada no resultado financeiro.

ii. Provisão para devolução de motores

As provisões para devolução de motores são estimadas com base nas condições mínimas contratuais que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor.

iii. Provisão para reestruturação

A reestruturação é um programa planejado e controlado pela Administração e que altera materialmente a maneira de como a atividade da Companhia é conduzida. Durante esse processo, os custos necessários para o encerramento são mensurados e

uma provisão é reconhecida pelo montante suficiente para suprir as obrigações geradas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº24.

iv. Provisão para seguros

A Administração mantém coberturas de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, com base nos limites fixados nos contratos de arrendamento e nos dispositivos exigidos na Lei 10.744/03. A provisão para seguros é representada pela obrigação da Companhia em realizar os pagamentos das apólices vigentes.

v. Provisão para processos judiciais

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que estas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizadas monetariamente, quando aplicável.

q) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquido dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia, considerando dados históricos (*breakage*).

O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não voar. Periodicamente a Companhia registra uma atualização da receita diferida baseada nos bilhetes efetivamente vencidos e expirados.

O saldo de receita diferida também se refere aos bilhetes remarcados pelos passageiros. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda à bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidas quando o serviço é realizado.

r) Ativos mantidos para venda

São ativos que podem recuperar seu valor contábil por meio de transação de venda altamente provável, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. São mensurados com base no menor valor entre o valor justo deduzido dos custos de venda e o valor contábil. Não são depreciados ou amortizados, e, uma vez classificados nesta categoria, devem ser transacionados em até um ano. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11.

s) Programa de milhagem

O “Programa Smiles” tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas a seus parceiros aéreos e não-aéreos, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no resultado consolidado do exercício ocorre no momento em que o participante do Programa Smiles, após realizar a troca das milhas resgatadas por passagens aéreas, é efetivamente transportado (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº29).

A política da Companhia é cancelar todas as milhas presentes nas contas dos clientes em até 3 anos e 11 meses. O valor estimado aos créditos de milhagem a serem cancelados é reconhecido como receita. A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

t) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

u) Informações por segmento

O CPC 22 e IFRS 8 – “Informações por segmento” requer que essas operações sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pela Administração com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho individualmente.

De acordo com as premissas utilizadas, as operações da Companhia dão origem a dois segmentos reportáveis, conforme descrito a seguir:

- **Segmento de transporte aéreo:** as operações deste têm origem em sua controlada VRG, pela prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe cujos principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, das vendas a prazo, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo. Dentro deste segmento, a Companhia também apresenta a receita líquida por segmento geográfico conforme descrito na nota explicativa nº29.
- **Segmento de programa de fidelidade:** as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não-aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

v) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos

passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio Líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

w) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

i. Deterioração de ativos não financeiros

A Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa são determinados pelo cálculo de seu valor em uso, que se baseia em premissas de fluxo de caixa descontado.

ii. Imposto de Renda

A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui

provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas. A análise da recuperação do imposto de renda diferido está demonstrada na nota explicativa nº8.

iii. Ativo Imobilizado e intangível

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do imobilizado e intangível com a finalidade de determinar se há alguma indicação desse ativo ter sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso houver tal indicação, o montante recuperável é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda. Os prazos de vida útil relacionada ao ativo imobilizado está detalhado na nota explicativa nº16.

iv. *Breakage*

Como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita no momento da venda e emissão, respectivamente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas.

v. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face à eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de títulos a receber, considerando os riscos envolvidos. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos, combinados com a análise de risco por cliente, realiza o registro da provisão para perda de títulos com baixa expectativa de realização.

vi. Provisão para processos judiciais

As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

vii. Provisão para devolução de aeronaves

A Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves considerando os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, como também os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, sem opção de compra, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de leasing.

viii. Provisão para devolução de motores

A Companhia constitui provisão para devolução de motores que são estimados com base na verificação e condições contratuais que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador observando não apenas o custo histórico incorrido como as condições dos equipamentos no momento da avaliação.

x) **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é

apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

y) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram avaliados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

z) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é realizado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

No cálculo do resultado diluído por ação da controladora, a Companhia presume o exercício de opções concedidas a suas controladas e os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o período. A diferença entre o número de ações emitidas e o número de ações que teriam sido emitidas ao preço médio de mercado das ações ordinárias durante o período foi tratada como emissão de ações ordinárias, sem qualquer contrapartida.

aa) Normas e interpretações novas e revisadas em 2013

i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2013:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Contratos de Participação	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente	1º de julho de 2012
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013

- As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no exercício.

Os impactos resultantes da mudança não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordo de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

- a) A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi revogada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle.
- b) A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures”. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. A SIC 13 - “Joint Ventures” - Contribuições Não Monetárias de Investidores foi revogada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou “joint ventures”, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos.
- c) A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordo de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Não houve impactos decorrentes da adoção das normas IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. A IFRS 13 é aplicável a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Não houve impactos decorrentes da adoção desta norma sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (i) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (ii) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. As modificações à IAS 1 são aplicáveis a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012 e não trouxeram alterações na Demonstração do Resultado Abrangente da Companhia.
- As modificações à IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram e, portanto, a eliminação da “abordagem de corredor” permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações à IAS 19 são

efetivas para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, exceto em determinadas circunstâncias.

A Companhia não possui operações que possam ser impactadas pelas modificações à IAS 19.

ii. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas pela Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável
Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27	Entidades de Investimento	1º de janeiro de 2014
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2015
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	1º de janeiro de 2015

- A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento.

De acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 9 tenham um efeito significativo sobre as divulgações de suas demonstrações financeiras.

- As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- (a) obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos;
- (b) comprometer-se com seu (s) investidor (es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois; e
- (c) mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Administração da Companhia não espera que as alterações para entidades de investimento tenham algum efeito sobre

suas demonstrações financeiras, considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento.

- As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto nas demonstrações financeiras, uma vez que não há nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualificam para compensação.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

O CFC e o CPC assumiram o compromisso de emitir novas normas assim que emitidas pelo IASB e revisar e atualizar todos os documentos emitidos, a fim de manter as práticas contábeis brasileiras totalmente em conformidade com as normas internacionais para fins de elaboração e de apresentação das demonstrações financeiras individuais das empresas brasileiras (com a exceção comentada até que legalmente seja possível a convergência completa ou até que exista mudança por parte do IASB).

A Companhia pode aplicar uma nova IFRS, ainda não obrigatória, somente quando essa IFRS permitir sua aplicação antecipada, porém condicionada à aprovação de pronunciamento correlacionado pelo CPC e pela CVM.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	320.276	182.175	667.985	408.387
Equivalentes de caixa	23.517	64.970	967.662	367.164
	343.793	247.145	1.635.647	775.551

Em 31 de dezembro de 2013, os equivalentes de caixa eram representados por títulos privados (Certificados de Depósito Bancário – “CDBs”), títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas pós-fixadas que variam entre 95,0% e 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Títulos privados	19.471	-	537.196	115.891
Títulos públicos	271	-	65.673	166.760
Fundos de investimento	3.775	64.970	364.793	84.513
	23.517	64.970	967.662	367.164

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Títulos privados	-	-	554.032	178.184
Títulos públicos	929	-	88.596	220.778
Fundos de investimento	1.595	176.413	512.989	186.066
	2.524	176.413	1.155.617	585.028

Os títulos privados são compostos por *time deposits* e operações compromissadas com lastro em debêntures indexadas ao CDI, com vencimento acima de 90 dias, remunerados à taxa média ponderada de 101,1% da taxa CDI.

Os títulos públicos são compostos por Letra do Tesouro Nacional (“LTN”), Letra Financeira do Tesouro (“LFT”) e Notas do Tesouro Nacional (“NTN”), remunerados a taxa média ponderada de 99,0% da taxa CDI.

Os fundos de investimentos estão representados basicamente pelos títulos públicos LTN, NTN, LFT e crédito privado de bancos de primeira linha (Debêntures e CDBs).

5. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósito de margem de operações de <i>hedge</i> (a)	-	-	29.845	50.749
Depósitos em garantia de carta fiança - Safra (b)	-	-	75.681	72.092
Depósito em garantia – Bic Banco (c)	19.917	-	57.923	10.040
Depósito em garantia de operações de futuro (d)	-	-	88.410	89.038
Outros depósitos vinculados	292	264	2.597	2.605
	20.209	264	254.456	224.524
Circulante	7	7	88.417	7
Não circulante	20.202	257	166.039	224.517

(a) Denominado em Dólar norte-americano, remunerado à taxa libor (remuneração média de 0,6% a.a.).

(b) O valor da garantia está vinculado ao empréstimo da Webjet (Vide nota explicativa nº18) e carta fiança.

(c) O valor de R\$19.197 na controladora e que compõe o saldo do consolidado refere-se a garantia contratual para o processo junto ao STJ sobre a incidência de PIS e COFINS sobre JSCP pagos à GLAI conforme nota explicativa nº24d), além de garantias de cartas de créditos em vigor.

(d) Depósito em garantia de operações de futuro aplicado em LTN e LFT (remuneração média de 9,7% a.a.).

6. Contas a receber

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Moeda nacional:		
Administradoras de cartões de crédito	74.359	92.621
Agências de viagens	175.723	171.314
Vendas parceladas	45.475	37.882
Agências de cargas	32.339	35.897
Companhias aéreas parceiras	20.544	17.443
Outros	21.153	33.396
	369.593	388.553
Moeda estrangeira:		

Administradoras de cartões de crédito	27.156	12.269
Agências de viagens	11.881	5.685
Agências de cargas	1.321	393
	<u>40.358</u>	<u>18.347</u>
	<u>409.951</u>	<u>406.900</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.101)	(80.712)
	<u>324.850</u>	<u>326.188</u>
Circulante	324.821	325.665
Não circulante (*)	29	523

(*) A parcela de contas a receber de longo prazo está registrada na rubrica “Outros créditos e valores” no ativo não circulante e corresponde às vendas parceladas pelo Programa Voe Fácil, com vencimento superior a 360 dias.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	280.271	288.327
Vencidas até 30 dias	17.778	12.077
Vencidas de 31 a 60 dias	6.864	7.659
Vencidas de 61 a 90 dias	6.196	5.707
Vencidas de 91 a 180 dias	5.830	9.176
Vencidas de 181 a 360 dias	12.464	15.087
Vencidas acima de 360 dias	80.548	68.867
	<u>409.951</u>	<u>406.900</u>

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de 8 meses e são cobrados juros mensais de 5,99% sobre o saldo a receber, contabilizados no resultado financeiro. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 122 dias (102 dias em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	(80.712)	(83.610)
Adições	(32.849)	(25.193)
Montantes incobráveis	8.119	8.560
Recuperações	20.341	19.531
Saldo no final do exercício	<u>(85.101)</u>	<u>(80.712)</u>

7. Estoques

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Materiais de consumo	19.601	19.882
Peças e materiais de manutenção	105.649	112.970
Adiantamentos a fornecedores	286	15.861
Outros	3.835	6.917
Provisão para obsolescência	(12.227)	(17.591)
	<u>117.144</u>	<u>138.039</u>

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	(17.591)	(18.200)
Adições	(3.702)	(325)
Baixas e reversões	9.066	934
Saldos no final do exercício	(12.227)	(17.591)

8. Impostos diferidos e a recuperar

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ICMS (1)	-	-	32.205	24.147
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar (2)	37.124	42.221	46.389	67.070
IRRF (3)	1.845	986	26.505	30.361
PIS e COFINS (4)	-	-	2.177	1.250
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	8.693	6.182
Imposto de valor agregado recuperável – IVA (5)	-	-	6.544	4.744
Imposto de renda sobre importações	591	248	2.741	13.579
Outros	-	-	407	428
Total	39.560	43.455	125.661	147.761
Circulante	9.991	6.693	52.124	110.999
Não Circulante	29.569	36.762	73.537	36.762

(1) ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

(2) IRPJ: imposto de renda pessoa jurídica, cobrado sobre o lucro líquido tributável.

CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais.

(3) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável sobre os rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários.

(4) PIS/COFINS: contribuições para Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

(5) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços do exterior.

b) Impostos diferidos – longo prazo

	GLAI		VRG		Smiles		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais	39.475	32.758	394.045	394.045	-	-	433.520	426.803
Base negativa de contribuição social	14.211	11.793	141.857	141.857	-	-	156.068	153.650

Diferenças temporárias:

Programa de milhagem	-	-	94.540	166.332	-	-	94.540	166.332
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	-	-	73.200	69.784	100	-	73.300	69.784
Provisão para perda na aquisição da VRG	-	-	143.350	143.350	-	-	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	1.219	-	48.434	36.765	36	-	49.689	36.765
Devolução de aeronaves	-	-	85.350	46.812	-	-	85.350	46.812
Operações com derivativos não liquidados	-	-	15.727	42.007	-	-	15.727	42.007
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (**)	-	-	-	-	72.942	-	72.942	-
Marcas	-	-	-	(2.158)	-	-	-	(2.158)
Direitos de voo	-	-	(353.226)	(353.226)	-	-	(353.226)	(353.226)
Depósitos de manutenção	-	-	(140.246)	(110.327)	-	-	(140.246)	(110.327)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	(158.775)	(159.697)	-	-	(158.775)	(159.697)
Estorno da amortização do ágio	-	-	(127.659)	(102.128)	-	-	(127.659)	(102.128)
Operações de leasing de aeronaves	-	-	34.764	(12.876)	-	-	34.764	(12.876)
Outros (*)	93	93	94.911	51.407	4.230	-	108.813	51.500
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante	54.998	44.644	346.272	351.947	77.308	-	488.157	396.591

(*) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre VRG e Smiles no valor de R\$9.579 está registrado diretamente na coluna Consolidado.

(**) Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Smiles S.A incorporou reversamente sua acionista G.A Smiles Participações S.A. O ágio para fins fiscais gerado pela G.A Smiles Participações S.A na aquisição da Smiles S.A foi de R\$214.534. Consequentemente tal operação deu origem ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$72.942, que será realizado proporcionalmente à sua utilização, conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 09 R1 (Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial). Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

A Companhia e suas controladas direta VRG e indireta Webjet possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada direta (VRG)		Controlada indireta (Webjet)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal	235.907	252.340	2.602.369	2.343.996	712.849	510.320
Base negativa de contribuição social	235.907	252.340	2.602.369	2.343.996	712.849	510.320

Em 31 de dezembro de 2013, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Tais projeções refletem as mudanças no cenário econômico, mudanças mercadológicas e as decorrentes de decisões da Administração, contemplando as seguintes premissas:

- O cenário de longo prazo apresenta uma continuação da estratégia adotada em 2013 de racionalização da oferta doméstica. Com base nessa estratégia pode-se observar uma estabilização na taxa de ocupação das aeronaves, alinhado a um crescimento do *yield* abaixo da inflação estimada para o longo prazo.
- A Companhia apresentou forte recuperação ao longo do exercício de 2013, o que pode ser constatado por meio de obtenção de um resultado operacional positivo.

iii. Em relação aos custos, mesmo com a forte pressão do cenário macroeconômico, o esforço contínuo da Companhia em propiciar uma estrutura de custos cada vez mais eficiente pode ser ratificado por meio dos patamares alcançados em 2013.

iv. As projeções contemplaram a chegada das novas aeronaves Boeing 737-MAX, anunciada em 2012. A partir de 2018 os novos aviões contribuirão para que a Companhia fique ainda mais eficiente no consumo de combustível.

As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido foram baseadas nas projeções dos lucros tributários levando em consideração as premissas acima, além de diversas premissas financeiras, de negócios e fatores internos e externos, consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas podem estar sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia e suas controladas possuem o montante total de créditos fiscais de R\$1.207.382, dos quais R\$80.208 são da controladora GLAI e R\$1.127.174 são das controladas VRG e Webjet.

As projeções da Controladora GLAI e da Controlada indireta Webjet não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados nos próximos 10 anos e, como resultado, registrou uma provisão para perda dos créditos tributários não realizáveis de R\$26.522 para a GLAI e R\$242.369 para a Webjet. Com relação à controlada VRG, tais projeções indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização da totalidade dos créditos fiscais diferidos reconhecidos em até 10 anos. Entretanto, devido aos prejuízos fiscais apresentados nos últimos anos, a Administração realizou uma análise de sensibilidade sobre as projeções de resultado e, considerando alterações significativas no cenário macroeconômico, registrou ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa pelo menor valor apurado obtido nesta análise. Como resultado, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perda de R\$348.903 da controlada VRG referente aos anos de 2012 e 2013.

A expectativa de realização anual dos créditos fiscais registrados em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora GLAI (*)	Controlada VRG (*)
2015	3.166	89.700
2016	1.653	65.328
2017	3.165	102.369
2018 a 2025	45.702	278.505
	53.686	535.902

(*) O cronograma de realização estimada do imposto de renda e contribuição social diferido não abrange os impostos diferidos ativos e passivos calculados sobre diferenças temporárias, uma vez que estas são realizadas simultaneamente com os ativos e passivos que originaram tais diferenças.

Os saldos apresentados acima não consideram a provisão para perda de créditos tributários para a controladora GLAI e para a controlada VRG.

Adicionalmente, a Administração da Companhia continua focada em ações mais efetivas de redução dos custos operacionais e elevação dos patamares de receita, além da busca de melhorias na qualidade dos serviços prestados com a implantação de ações direcionadas para a melhoria no atendimento ao cliente, atingimento de elevados índices de pontualidade, simplificação e busca de sinergia em seus processos operacionais. Todas estas ações reforçam o compromisso da Companhia em alcançar níveis sustentáveis de lucros futuros e ratificam a realização do ativo fiscal diferido.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2013 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(799.596)	(1.507.743)	(653.227)	(1.584.822)

Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	271.863	512.633	222.097	538.839
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(201.821)	(453.231)	-	-
Resultado das subsidiárias integrais	(8.663)	(26.898)	(9.157)	(27.325)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	(12.340)	(3.812)	(13.512)	(14.093)
Receitas não tributáveis (despesas não dedutíveis), líquidos	981	(366)	(119.208)	(50.922)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(49.464)	(34.953)	(41.150)	(47.252)
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	10.410	1.455	(110.001)	(327.340)
Débito incluído no Refis (*)	(4.354)	-	(4.354)	-
Juros sobre o capital próprio	(3.563)	-	2.655	-
Incentivos fiscais	-	-	1.267	-
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	3.049	(5.172)	(71.363)	71.907
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.305)	(4.679)	(96.807)	(6.553)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.354	(493)	25.444	78.460
	3.049	(5.172)	(71.363)	71.907
Taxa efetiva	(0,38%)	0,34%	10,92%	(4,54%)

(*) Para maiores detalhes vide nota explicativa nº23.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Perdas diferidas de transação de <i>sale-leaseback</i> de aeronaves	-	-	35.449	44.829
Pagamentos de prêmios de <i>hedge</i>	-	-	1.532	-
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	312	27.238	15.291
Pré-pagamentos de seguros	438	-	16.970	17.705
Pré-pagamentos de comissões	-	-	18.509	14.605
Outros	-	-	7.483	5.354
	438	312	107.181	97.784
Circulante	438	312	80.655	62.328
Não circulante	-	-	26.526	35.456

Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$89.337. Estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na nota explicativa nº30b.

10. Depósitos

Controladora

a) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. O saldo realizável dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013, registrado no ativo não circulante totaliza R\$20.170 (R\$18.548 em 31 de dezembro de 2012).

Consolidado

a) Depósitos de manutenção

A Companhia e suas controladas VRG e Webjet efetuaram depósitos em dólar para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia e suas controladas, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia e suas controladas detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente.

Em 31 de dezembro de 2013, os depósitos de manutenção são apresentados pelo seu valor realizável líquido, cujo saldo classificado no ativo não circulante era de R\$412.488 (R\$2.575 e R\$324.492 no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2012, respectivamente).

b) Depósitos de garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia e suas controladas realizam depósitos em garantia, em dólar às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$217.680 (R\$173.313 em 31 de dezembro de 2012).

c) Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios que estão relacionados. Parte dos valores bloqueados judicialmente referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, de processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer outra parte relacionada (processos de terceiros). Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que ocorrem tais bloqueios é demandada a sua exclusão e respectiva liberação dos recursos bloqueados. Em 31 de dezembro de 2013 os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig e processos de terceiros são de R\$71.457 e R\$52.343 respectivamente. Tais montantes estão inseridos no saldo total de depósitos e bloqueios judiciais que em 31 de dezembro de 2013 estão registrados no ativo não circulante e apresentados pelo seu valor realizável de R\$217.540 (R\$156.816 em 31 de dezembro de 2012).

11. Reestruturação das operações da Webjet

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia iniciou o processo de encerramento das atividades operacionais da Webjet e a consequente descontinuidade da marca. O processo de reestruturação teve como objetivo a otimização da estrutura organizacional entre as Companhias e a unificação de suas operações, reduzindo custos e propiciando o aproveitamento de sinergias.

Ativo mantido para venda

Por não representar um componente, conforme definido pelo IFRS 5 e CPC 31 – “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”, com operações e fluxos de caixa que pudessem ser claramente distinguidos, a Webjet não foi considerada uma “Operação descontinuada” operacionalmente e para fins de divulgação destas Demonstrações Financeiras. Esta definição é reforçada pelo fato de que as rotas até então operadas pela Webjet continuarão a ser atendidas pela Companhia. No entanto, em virtude das aeronaves próprias pertencentes à frota da Webjet estarem disponíveis para venda imediata e a sua venda ser considerada altamente provável, o saldo contábil dessas aeronaves foi reclassificado de

acordo com IFRS 5 e CPC 31 para o grupo de “Ativos mantidos para venda” e estão registrados pelo valor que a Companhia espera que os ativos sejam realizados, o que corresponde ao seu realizável líquido, conforme detalhado a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aeronaves	7.273	12.253
Motores	11.473	11.473
Provisão de redução ao valor recuperável	(18.746)	(15.552)
	<u>-</u>	<u>8.174</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a venda de uma aeronave Boeing 737-300, gerando uma baixa de R\$1.502 sob a rubrica “Outras despesas líquidas”.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contratos firmes para a venda das aeronaves remanescentes. Diante deste cenário, a Companhia realizou a reclassificação destas aeronaves para o ativo imobilizado, diante dos requerimentos do CPC 31 – “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”. Os efeitos de depreciação foram de R\$2.561 e os efeitos de *impairment* foram de R\$4.111, conforme nota explicativa nº16.

12. Transações com partes relacionadas

a) Contratos de mútuos - Ativo e Passivo não circulante

Controladora

A Companhia mantém mútuos ativos e passivos com a VRG, sem previsão de juros, vencimento, avais e garantias, conforme quadro abaixo:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
GLAI com VRG	49.961	50.887	-	-
GAC com VRG (a)	-	-	113.741	493.918
Finance com VRG (a)	-	483.375	-	-
	<u>49.961</u>	<u>534.262</u>	<u>113.741</u>	<u>493.918</u>

(a) Os mútuos que a Companhia mantém com a GAC e Finance, controladas no exterior, são atualizados por variação cambial.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as operações de mútuos ativos existentes entre Finance com VRG foram integralmente liquidadas entre as partes. Adicionalmente, foram registradas novas operações de mútuo entre: Finance (ativo) com Gol LuxCo (passivo) e Gol LuxCo (ativo) com GAC (passivo), no montante de R\$485.905. Tais operações são eliminadas na controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior da Companhia, que são consideradas uma extensão das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o montante atualizado desta operação é de R\$524.941.

b) Serviços de transportes e de consultoria

Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria são mantidos pela controlada VRG. As empresas ligadas a esses serviços são:

i. Breda Transportes e Serviços S.A., para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e

transporte de funcionários, com vencimento em 31 de maio de 2015. Os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual exercício mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

ii. Expresso União Ltda., para a prestação de serviços de transporte de colaboradores e serviços gráficos, com vigência até o dia 01 de abril de 2014.

iii. União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., com vigência até 29 de dezembro de 2015, para a exploração de franquias da Gollog em Passos/MG,

iv. Vaud Participações S.A. para prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a controlada VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$12.774 (R\$10.636 em 31 de dezembro de 2012).

c) Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$20 e R\$40, respectivamente, para utilização no sistema UATP (“Universal Air Transportation Plan”). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

d) Contrato de financiamento de manutenção de motores

A VRG possui uma linha de financiamento de manutenção de motores cuja captação ocorre através da emissão de Guaranteed Notes (“Notas Garantidas”). As séries, emitidas em 29 de junho de 2012 e 27 de setembro de 2012 respectivamente, terão vencimento em 29 de junho de 2014 e 27 de setembro de 2014 e visam prover o suporte aos serviços de manutenção de motores (vide maiores detalhes na nota explicativa nº18). Em 11 de março de 2013, a VRG emitiu a terceira série de Guaranteed Notes para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira de Export-Import Bank of the United States (“U.S. Ex-Im Bank”), com vencimento em 11 de março de 2015. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os gastos com manutenção de motores realizados junto à oficina da Delta Air Lines foram de R\$95.647 (R\$86.577 em 31 de dezembro de 2012).

e) Contas a pagar – Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar às empresas ligadas no valor de R\$1.008 (R\$1.019 em 31 de dezembro de 2012) está incluso no saldo de fornecedores e refere-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte terrestre de passageiros.

f) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e benefícios	32.679	13.534
Encargos sociais	2.486	5.234
Remuneração baseada em ações	4.836	8.306
	<u>40.001</u>	<u>27.074</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

13. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo. Os planos atuam para atrair e reter administradores-chave e talentos estratégicos, vinculando parte significativa de seu patrimônio ao valor da Companhia.

GLAI

a) Plano de Opção de Compra de Ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de compra de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas até 2009, as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

Em função de alterações promovidas no Plano de Opção de Compra de ações da Companhia aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, nos planos outorgados a partir de 2010 as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes planos também poderão ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A volatilidade esperada das opções baseia-se na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações

Ano da opção	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio da opção na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2005	09/12/2004	87.418	33,06	29,22	32,52%	0,84%	17,23%	10
2006	02/01/2006	99.816	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	10
2007	31/12/2006	113.379	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	10
2008	20/12/2007	190.296	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,18%	10

2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	10
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	10
2011	20/12/2010	2.722.444	27,83	16,07 (c)	44,55%	0,47%	10,25%	10
2012	19/10/2012	778.912	12,81	5,32 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	10
2013	13/05/2013	802.296	12,76	6,54 (e)	46,91%	2,00%	7,50%	10

(a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.

(b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.

(c) O valor justo calculado para a plano de 2011 foi de R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos exercícios de *vesting* (2011, 2012 e 2013).

(d) O valor justo calculado para o plano de 2012 foi de R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos exercícios de *vesting* (2012, 2013 e 2014).

(e) O valor justo calculado para o plano de 2013 foi de R\$7,34, R\$6,58 e 5,71 para os respectivos exercícios de *vesting* (2013, 2014 e 2015).

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	3.999.170	22,40
Opções concedidas	802.296	12,76
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos perdidos	(1.338.004)	27,83
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	3.463.462	20,66
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012	1.885.116	23,05
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2013	2.609.906	24,39

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2013 estão sumariadas abaixo:

Opções em circulação				Opções exercíveis	
Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação	Maturidade remanescente média (em anos)	Preço médio de exercício	Opções exercíveis	Preço médio de exercício
33,06	4.965	2	33,06	4.965	33,06
47,3	13.220	3	47,30	13.220	47,30
65,85	14.962	4	65,85	14.962	65,85
45,46	41.749	5	45,46	41.749	45,46
10,52	20.414	6	10,52	20.414	10,52
20,65	1.097.811	7	20,65	1.097.811	20,65
27,83	1.062.175	8	27,83	1.062.175	27,83
12,81	595.150	9	12,81	354.610	12,81
12,76	613.016	9	12,76	-	12,76
12,76-65,85	3.463.462	7,94	20,66	2.609.906	24,39

b) Plano de ações restritas

Durante a Assembleia Geral Extraordinária da GLAI realizada em 19 de outubro de 2012, foi aprovado o plano de ações restritas. As primeiras outorgas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da GLAI de 13 de novembro de 2012. A transferência das ações restritas será realizada ao término de 3 anos da data de concessão, assumindo-se como condição de aquisição que o funcionário mantenha vínculo empregatício durante esse período.

O valor justo das ações restritas outorgadas foi estimado na data de concessão utilizando o modelo de precificação Black-Scholes, e as premissas estão relacionadas a seguir:

Plano de ações restritas					
Ano da ação	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Valor justo médio da ação na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Taxa de retorno livre de risco

2012	13/11/2012	589.304	9,70	52,25%	9,0%
2013	13/05/2013	712.632	12,76	46,91%	7,5%

A movimentação das ações restritas existentes em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Total
Ações restritas circulação em 31 de dezembro de 2012	460.314
Ações restritas concedidas	712.632
Ações restritas canceladas e ajustes na estimativa de direitos perdidos	(365.446)
Ações restritas em circulação em 31 de dezembro de 2013	807.500

Até 31 de dezembro de 2013 não havia ações restritas transferidas aos beneficiários do plano.

Smiles

Em 22 de fevereiro de 2013, a Smiles aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o plano de opção de compra de ações (“Plano de Opções”), que consiste na remuneração adicional de seus administradores. Em 08 de agosto de 2013, o Conselho de Administração, aprovou a outorga de 1.058.043 opções de compra de ações referentes plano de opções, dos quais 260.020 foram outorgadas em benefício aos funcionários da sua coligada VRG.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A volatilidade foi baseada na média histórica dos últimos 252 dias úteis do índice Bovespa, uma vez que suas ações passaram a ser negociadas a partir de 29 de abril de 2013.

As demais premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações								
Ano da opção	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio da opção na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	10

(f) O valor justo calculado para o plano de 2013 foi de R\$4,84, R\$4,20 e R\$3,72 para os exercícios de *vesting* de 2013, 2014 e 2015 respectivamente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações no montante de R\$6.183 atribuído aos acionistas controladores e R\$905 aos acionistas não controladores (R\$10.653 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012) para os planos apresentados acima com a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

14. Investimentos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 à Lei 6.404/76, os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Finance e Gol LuxCo foram considerados na essência uma extensão e são somadas linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles, a VRG e a Gol Dominicana são equiparadas como investimentos na controladora GLAI.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Gol Dominicana	VRG	Smiles	Total
<u>Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2013:</u>				
Quantidade total de ações	-	3.225.248.156	122.173.912	-
Capital social	1.641	2.517.182	1.132.174	-
Percentual de participação	100,0%	100,0%	57,3%	-
Patrimônio líquido total	263	313.912	1.329.056	-
Lucros não realizados (a)	-	-	(18.595)	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	263	313.912	742.886	-
Resultado líquido do exercício	(1.363)	(709.774)	207.844	-
Resultado líquido do exercício atribuído à Controladora	(1.363)	(709.774)	117.630	-
<u>Movimentação dos investimentos:</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	2.103.325	-	2.103.325
Resultado de equivalência patrimonial	-	(1.333.033)	-	(1.333.033)
Resultados não realizados de hedge	-	10.686	-	10.686
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	-	(1.810)	-	(1.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	779.168	-	779.168
Resultado de equivalência patrimonial	(1.363)	(709.774)	117.545	(593.592)
Resultados não realizados de hedge	-	50.420	-	50.420
Ganhos de capital através de oferta pública de ações	-	-	611.130	611.130
Aumento de capital	1.572	-	-	1.572
Remuneração baseada em ações (d)	-	-	702	702
Dividendos	-	-	(28.283)	(28.283)
Reservas de capital	-	-	41.792	41.792
Adiantamento para futuro aumento de capital	54	222.990	-	223.044
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	-	(1.804)	-	(1.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	263	341.000	742.886	1.084.149

- (a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela VRG.
- (b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total reduzido dos lucros não realizados.
- (c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela sua controlada VRG. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na VRG. O saldo líquido a ser diferido em 31 de dezembro de 2013 é de R\$27.088 (R\$28.892 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº30b.
- (d) Corresponde à participação da Controladora GLAI sobre o valor da remuneração baseada em ações contabilizado no Patrimônio Líquido da controlada Smiles S.A..

Efeitos da oferta pública de ações - Smiles

Os impactos decorrentes da oferta pública de ações da controlada Smiles S.A. e decorrente participação de acionistas não controladores em 42,7% conforme descrito na nota explicativa nº1 estão demonstrados a seguir:

Investimento ajustado antes da oferta pública de ações (a)	39.345
Aporte de capital através de oferta pública	1.095.772
Patrimônio líquido ajustado após a abertura de capital da Smiles S.A., líquido dos custos de captação	1.135.117
Participação da Controladora GLAI após oferta pública	57,3%
Investimento após a oferta pública (b)	650.475
Ganhos de capital total (b) - (a)	611.130

Em 5 de abril de 2013, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a General Atlantic Service Company LLC., (“G.A.”) envolvendo opções emitidas pela Companhia para a aquisição de ações da Smiles pela G.A. pelo equivalente a 20% do investimento da G.A. sobre a Smiles. O valor justo da operação em 31 de dezembro de 2013 foi registrado como uma obrigação com operação com derivativos em contrapartida ao resultado do exercício, conforme detalhado na nota explicativa nº31.

Em 25 de outubro de 2013, a G.A. cedeu em caráter não oneroso, as opções de compra detidas em seu favor para sua controladora G.A. Brasil V Fundo de Investimento em Participações (GAFIP), tornando-se esta a detentora destes instrumentos.

Não houve exercício das opções pela GAFIP até 31 de dezembro de 2013.

15. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e preferenciais quanto aos direitos de voto e preferências em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não dão direito ao recebimento de nenhum dividendo fixo. Em vez disso, os acionistas preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação no mesmo valor dos dividendos por ação pagos aos detentores de ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que, substancialmente, não há diferença entre ações preferenciais e ordinárias e, portanto, a forma do cálculo do lucro ou prejuízo por ação, básico e diluído, deve ser a mesma para os dois tipos de ações.

Consequentemente, o resultado (lucro ou prejuízo) por ação básico é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício. O cálculo de resultado (lucro ou prejuízo) por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do resultado por ação dilutivo.

	Controladora e Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(796.547)	(1.512.915)
Efeito dos títulos dilutíveis – Smiles (a)	(122)	-
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	276.714	269.869
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluída (em milhares)	276.714	269.869
Prejuízo básico por ação	(2,879)	(5,606)
Prejuízo diluído por ação	(2,879)	(5,606)

(a) A Smiles outorgou opções de compras de ações aos seus colaboradores em 08 de agosto de 2013. Estes instrumentos patrimoniais possuem efeito dilutivo no resultado por ação desta controlada impactando, portanto, o prejuízo utilizado como base de cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, conforme determinado no pronunciamento técnico CPC nº 41.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

As opções de ações pertencentes à General Atlantic (conforme nota explicativa nº14) não são incluídas no cálculo do lucro por ação pois não possuem efeito dilutivo. O resultado diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro, como por exemplo, os planos de remuneração baseada em ações, descritos na nota explicativa nº14. No entanto, em razão do prejuízo apurado no exercício findos em 31 de dezembro de 2013, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto não são consideradas na quantidade total de ações em circulação.

16. Imobilizado

Controladora

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves refere-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 30 aeronaves 737-800 Next Generation (73 aeronaves em 31 de dezembro de 2012) e 109 aeronaves 737-MAX (82 aeronaves em 31 de dezembro de 2012) no valor de R\$463.532 (R\$475.336 em 31 de dezembro de 2012) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$427.300 (R\$417.163 em 31 de dezembro de 2012), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

<u>Consolidado</u>		31/12/2013			31/12/2012
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro	4%	3.061.774	(886.077)	2.175.697	2.224.036
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	1.013.334	(302.997)	710.337	693.035
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	30%	856.197	(569.159)	287.038	345.499
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	2.045	(1.089)	956	873
Ferramentas	10%	27.783	(12.456)	15.327	17.291
		4.961.133	(1.771.778)	3.189.355	3.280.734
Perdas por redução ao valor recuperável (*)	-	(26.348)	-	(26.348)	(47.726)
		4.934.785	(1.771.778)	3.163.007	3.233.008
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	9.662	(7.716)	1.946	2.677
Máquinas e equipamentos	10%	48.159	(19.922)	28.237	33.155
Móveis e utensílios	10%	19.627	(11.889)	7.738	9.437
Computadores e periféricos	20%	31.124	(21.463)	9.661	13.883
Equipamentos de comunicação	10%	2.330	(1.220)	1.110	1.353
Instalações	10%	4.280	(3.254)	1.026	1.352
Centro de manutenção – confins	10%	105.971	(36.212)	69.759	80.558
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	50.315	(37.073)	13.242	23.222
Obras em andamento	-	8.670	-	8.670	5.865
		280.138	(138.749)	141.389	171.502
		5.214.923	(1.910.527)	3.304.396	3.404.510
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	467.763	-	467.763	481.289
		5.682.686	(1.910.527)	3.772.159	3.885.799

(*) Refere-se a provisões constituídas pela Companhia para que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo (a)	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2011	2.377.234	955.306	365.067	192.863	3.890.470

Adições	31.265	395.662	256.886	14.883	698.696
Baixas	-	(81.155)	(140.664)	(1.236)	(223.055)
Ativos disponíveis para venda	-	(8.174)	-	-	(8.174)
Depreciação	(184.463)	(252.667)	-	(35.008)	(472.138)
Em 31 de dezembro de 2012	2.224.036	1.008.972	481.289	171.502	3.885.799
Adições	106.101	318.707	411.584	6.570	842.962
Baixas	-	(8.223)	(425.110)	(3.056)	(436.389)
Depreciação	(154.440)	(332.146)	-	(33.627)	(520.213)
Em 31 de dezembro de 2013	2.175.697	987.310	467.763	141.389	3.772.159

(a) As adições representam fundamentalmente: (i) o total de custos estimados a incorrer relativos a benfeitorias realizadas em aeronaves cuja reconfiguração ocorrerá no momento da devolução; (ii) custos capitalizados relativos a grandes manutenções em motores.

Em 31 de dezembro de 2013, houve a adição na depreciação em imobilizado no montante de R\$2.561 e baixa por *imparment* no valor de R\$4.111 decorrente da reclassificação de aeronaves da Webjet, conforme nota explicativa nº 11.

17. Intangível

	Ágio	Marcas	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	542.302	63.109	1.038.900	139.646	1.783.957
Adições	-	-	-	20.773	20.773
Baixas	-	-	-	(544)	(544)
Amortizações	-	-	-	(47.494)	(47.494)
Redução valor recuperável do ativo	-	(56.761)	-	-	(56.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.302	6.348	1.038.900	112.381	1.699.931
Adições	-	-	-	51.035	51.035
Baixas	-	(6.348)	-	(9.675)	(16.023)
Amortizações	-	-	-	(40.753)	(40.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.302	-	1.038.900	112.988	1.694.190

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando circunstâncias relacionadas às intenções da Administração em interromper a exploração da marca, que levaram a Companhia a baixar o valor residual deste ativo. Como resultado, o montante de R\$6.348 foi registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais”.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia decidiu pela descontinuidade de utilização do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas “*PeopleSoft*”. Como resultado foi registrado R\$9.675 na rubrica de “Outras despesas operacionais”.

18. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Taxa de juros efetiva (a.a.)	Controladora		Consolidado (IFRS)	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante						
Moeda nacional:						

Debêntures IV	Set, 2015	11,64%	-	-	-	596.451
Debêntures V	Jun, 2017	11,45%	-	-	-	494.505
BNDES - Repasse Safra	-	-	-	-	-	29.888
Citibank	-	-	-	-	-	14.013
BNDES - Direto	Jul, 2017	6,02%	-	-	3.088	3.140
BDMG	Mar, 2018	10,88%	-	-	5.203	6.401
Banco IBM	-	-	-	-	-	6.663
Safra (*)	-	-	-	-	32.299	191.841
Juros	-	-	-	-	19.689	13.991
			-	-	60.279	1.356.893
Moeda estrangeira (em US\$):						
J.P. Morgan	Mar, 2015	1,13%	-	-	51.524	73.609
IFC	-	-	-	-	-	17.007
FINIMP	Nov, 2014	4,67%	-	-	5.838	24.179
Juros	-	-	47.488	41.980	63.360	40.285
			47.488	41.980	120.722	155.080
			47.488	41.980	181.001	1.511.973
Arrendamento financeiro	Jul, 2015	5,20%	-	-	259.833	207.652
Total circulante			47.488	41.980	440.834	1.719.625
Não circulante						
Moeda nacional:						
Debêntures IV	Set, 2015	11,64%	-	-	597.741	-
Debêntures V	Jun, 2017	11,45%	-	-	495.726	-
Safra (*)	Dez, 2015	11,11%	-	-	65.555	131.188
BNDES - Repasse Safra	-	-	-	-	-	13.938
BDMG	Mar, 2018	10,88%	-	-	15.704	20.134
BNDES - Direto	Jul, 2017	6,02%	-	-	8.001	11.098
Banco IBM	-	-	-	-	-	20.484
			-	-	1.182.727	196.842
Moeda estrangeira (em US\$):						
J.P. Morgan	Mar, 2015	1,13%	-	-	1.540	33.656
Bônus Sênior I	Abr, 2017	7,63%	491.946	459.788	491.946	429.135
Bônus Sênior II	Jul, 2020	9,65%	691.028	601.242	691.028	601.242
Bônus Sênior III	Fev, 2023	11,23%	-	-	426.489	-
Bônus Perpétuos	-	8,75%	468.520	408.699	419.326	365.787
			1.651.494	1.469.729	2.030.329	1.429.820
			1.651.494	1.469.729	3.213.056	1.626.662
Arrendamento financeiro	Jul, 2015	5,20%	-	-	1.935.495	1.844.888
Total não circulante			1.651.494	1.469.729	5.148.551	3.471.550
			1.698.982	1.511.709	5.589.385	5.191.175

(*) O montante total do financiamento junto ao banco Safra em 31 de dezembro de 2013 era de R\$97.854, e possui depósitos em garantia vinculados no valor de R\$75.681, conforme destacado na nota explicativa nº5.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Controladora

	2017	Após 2017	Sem Vencimento	Total
Moeda estrangeira (em US\$):				
Bônus Sênior I	491.946	-	-	491.946

Bônus Sênior II	-	691.028	-	691.028
Bônus Perpétuos	-	-	468.520	468.520
Total	491.946	691.028	468.520	1.651.494

Consolidado

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Sem Vencimento	Total
<u>Moeda nacional:</u>							
BNDES - Direto	3.097	3.097	1.807	-	-	-	8.001
Safra	65.555	-	-	-	-	-	65.555
BDMG	5.058	5.058	5.058	530	-	-	15.704
Debêntures	597.741	247.863	247.863	-	-	-	1.093.467
	671.451	256.018	254.728	530	-	-	1.182.727
<u>Moeda estrangeira (em US\$):</u>							
J.P. Morgan	1.540	-	-	-	-	-	1.540
Bônus Sênior I	-	-	491.946	-	-	-	491.946
Bônus Sênior II	-	-	-	-	691.028	-	691.028
Bônus Sênior III	-	-	-	-	426.489	-	426.489
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	419.326	419.326
	1.540	-	491.946	-	1.117.517	419.326	2.030.329
Total	672.991	256.018	746.674	530	1.117.517	419.326	3.213.056

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2013, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado (a)	Contábil	Mercado (a)
Bônus Sênior	1.182.974	1.099.840	1.609.463	1.505.991
Bônus Perpétuos	468.520	311.135	419.326	278.466

(a) Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através das cotações de mercado dos respectivos instrumentos.

a) Condições contratuais restritivas

Os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e financiamentos de aeronaves) no valor total de R\$2.793.730 em 31 de dezembro de 2013 possuem cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: Bradesco e Banco do Brasil (Debêntures IV e V).

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos junto as Debêntures IV e V possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDA abaixo de 3,5 e (ii) índice de cobertura da dívida (CID) de pelo menos 1,3.

A Companhia realiza medições semestrais e segundo as últimas medições realizadas na data base de 31 de dezembro de 2013, obteve os seguintes índices: (i) dívida líquida/EBITDA de 3,09; e (ii) índice de cobertura da dívida (CID) de 0,55. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2014, com base nesta mesma data.

A Companhia não atendeu o nível mínimo exigido para a cláusula restritiva de índice de cobertura da dívida citada acima em 31 de dezembro de 2013. No entanto, em 18 de dezembro de 2013 a Companhia obteve a autorização (*waiver*) a não declaração do vencimento antecipado e/ou aplicação de qualquer penalidade sobre o descumprimento de suas cláusulas contratuais restritivas. Esta desobrigação da Companhia foi deliberada em Assembleia Geral de Debenturistas das quarta e

quinta emissões de debêntures. Em decorrência desta autorização, a Companhia encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura das debêntures na data destas demonstrações financeiras.

b) Empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2013

BNDES (Direto)

Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG obteve uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$18.570. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$15.486. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves (“CMA”) concluído em 2010. O empréstimo possui prazo de 60 meses com vencimento em 15 de julho de 2017, amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescida de 1,40% a.a.. A garantia dessa operação é uma fiança bancária no valor de R\$18.570. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$3.088 e R\$8.001, respectivamente (R\$3.140 e R\$11.098 registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2012).

BDMG

Em 29 de março de 2010, a VRG realizou a captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$20.000 para financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Confinos e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. O empréstimo tem um prazo total de 8 anos, carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA acrescido de 6% a.a.. O empréstimo está sendo amortizado mensalmente durante o período de 60 meses a partir de abril de 2013, e os custos da transação totalizam R\$200. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2013, os montantes registrados no passivo circulante e no não circulante eram de R\$5.203 e R\$15.704, respectivamente (R\$6.401 e R\$20.134 registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2012).

Capital de giro

Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia por meio de sua controlada indireta Webjet, obteve um empréstimo junto ao banco Safra no valor de R\$200.000. O empréstimo tem carência de 18 meses e o pagamento ocorrerá em seis parcelas semestrais, com juros de 125% da taxa média diária do CDI Over, sendo o vencimento da última parcela em dezembro de 2015, com cessão fiduciária em garantia de direito creditórios conforme descrito na nota explicativa nº5. Os custos da transação a amortizar totalizam R\$4.000. Em 26 de dezembro de 2013, foi firmado o aditamento do contrato deste empréstimo junto ao Banco Safra, que contemplou o pagamento antecipado de uma parcela do principal que teria como vencimento original 26 de junho de 2014 no montante de R\$33.333. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$32.299 e R\$65.555 respectivamente (R\$66.667 e R\$131.188 no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2012, respectivamente).

Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan)

Durante o exercício de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu duas séries de *Guarantee Notes* (“Notas Garantidas”) para financiamento de manutenção de motores no montante total de US\$84.800 (equivalente a R\$198.652), com garantia financeira junto ao Ex-Im Bank. A primeira série foi emitida em 29 de junho de 2012, precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 1,00% a.a. no montante de R\$79.050 (US\$39,108 na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e dos juros dos custos de emissão de US\$1.707 (R\$3.999 em 31 de dezembro de 2013). A segunda série foi emitida em 27 de setembro de 2012, precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 0,85% a.a. no montante de R\$46.007 (US\$22,667 na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e dos juros dos custos de emissão de US\$682 (R\$1.598 em 31 de dezembro de 2013). Ambos tem prazo de 2 anos, com vencimento em 29 de junho e 27 de setembro de 2014, respectivamente.

Em 11 de março de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu a terceira série de *Guarantee Notes* (“Notas Garantidas”) para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira do Ex-Im Bank, com taxa de juros de 1,39% a.a. no montante de R\$15.689 (US\$8,024 na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e os juros mensais, com os custos de emissão de US\$266 (R\$537 em 31 de março de 2013, data da captação). Esta série tem prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 11 de março de 2015.

O saldo total das séries referente ao financiamento registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2013 eram de R\$51.524 e R\$1.540, respectivamente (R\$73.609 e R\$33.656 em 31 de dezembro de 2012).

Finimp

Em 22 de novembro de 2013, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, captou no montante de R\$6.259 (US\$2.693 na data da captação) junto ao Banco do Brasil, com prazo de vencimento de 360 dias em 17 de novembro de 2014 e taxa de juros de 4,67% a.a., como parte de uma linha de crédito que mantém para financiamento de importação (Finimp), com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos para aeronaves. Como garantia para este financiamento houve a colocação de duas notas promissórias no montante total de R\$8.952 (US\$3.852). Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo circulante era de R\$5.838.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG com garantia da Companhia, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000 (totalizando R\$600.000), com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro na VRG. Os custos de emissão foram de R\$6.453, que compõem o montante líquido captado de R\$593.547. O total de R\$1.291 já foi amortizado e reconhecido no resultado do exercício de 2013. O prazo de vencimento é de 5 anos a partir da data de emissão, e a amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 118% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$597.741 (R\$596.451 em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo circulante).

Em 10 de junho de 2011, a Companhia aprovou a quinta emissão pública de 500 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$500.000, com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram de R\$7.264 que compõem o montante líquido captado de R\$492.736 e o total de R\$1.221 já foram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício de 2013. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, e as amortizações serão realizadas em 2 parcelas iguais no valor de R\$250.000, sendo a primeira parcela em 10 de junho de 2016 e a segunda em 10 de junho de 2017. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 120% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$495.726 (R\$494.505 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2012).

Bonus Sênior

Em 22 de março de 2007, a Companhia por meio de sua controlada Finance, emitiu o bônus sênior I no valor de US\$225.000 com garantia fidejussória da Companhia e da controlada VRG. O bônus sênior tem vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a. Os recursos captados são utilizados para financiamento de pré-pagamentos para aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia de U.S Ex-Im Bank. Em setembro de 2013, a Finance recomprou os papéis detidos pela controlada VRG no valor de US\$15.000, com consequente redução da dívida para US\$210.000. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$491.946 (R\$429.135 em 31 de dezembro de 2012).

Em 13 de julho de 2010, a Companhia por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus

sênior II denominados em Dólares norte-americanos no montante de US\$300,000 na data da captação, com vencimento em 2020, juros de 9,25% a.a. e garantia fidejussória da Companhia e da controlada VRG. Os custos de emissão foram de R\$12.635 na data da captação. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após cinco anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$691.028 (R\$601.242 em 31 de dezembro de 2012).

Em 07 de fevereiro de 2013, a Companhia por meio de sua controlada VRG, emitiu bônus sênior no valor de R\$392.720 (US\$200,000) com garantia fidejussória da Companhia. O bônus sênior tem vencimento em 2023, com taxa de juros nominal de 10.75% a.a.. Os recursos foram captados com a finalidade de financiar os pré-pagamentos das dívidas que vencerão nos próximos 3 anos. Os custos de emissão representam R\$10.847, que deduziram o montante total captado de R\$403.567. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após o decurso de 5 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo registrado no passivo não circulante era de R\$426.489.

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares norte-americanos no valor nominal US\$200,000 com garantia fidejussória da Companhia e da controlada VRG. Os bônus perpétuos não tem vencimento determinado, e podem ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão, com juros de 8,75% a.a.. Os recursos captados são para financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários com garantia do U.S. Ex-Im Bank. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado no passivo não circulante da controladora era de R\$468.520 (R\$408.699 em 31 de dezembro de 2012) e R\$419.326 no passivo não circulante consolidado (R\$365.787 em 31 de dezembro de 2012).

c) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em Dólares norte-americanos e estão detalhados a seguir:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	304.561
2014	356.642	319.149
2015	362.099	309.586
2016	352.050	300.782
2017	325.813	277.895
2018	320.240	273.033
2019 em diante	862.149	690.744
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.578.993	2.475.750
Menos total de juros	(383.665)	(423.210)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	2.195.328	2.052.540
Menos parcela do circulante	(259.833)	(207.652)
Parcela do não circulante	1.935.495	1.844.888

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 5,20% em 31 de dezembro de 2013 (6,10% em 31 de dezembro de 2012). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos mercantis financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2013, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$123.879 (R\$88.334 em 31 de dezembro de 2012) e estão somados a rubrica de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

19. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e ordenados	-	-	135.027	141.884
INSS e FGTS a recolher	1.088	586	45.630	61.866
Plano de participação nos resultados	-	-	51.650	-
Outras obrigações com empregados	4	4	1.277	3.768
	1.092	590	233.584	207.518

20. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$1.219.802 (R\$823.190 em 31 de dezembro de 2012) é representado por 5.951.486 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (3.640.935 em 31 de dezembro de 2012) com prazo médio de utilização de 111 dias (92 dias em 31 de dezembro de 2012).

21. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de receita diferida do programa de milhagem do Smiles era de R\$195.935 (R\$124.905 em 31 de dezembro de 2012) e R\$456.290 (R\$364.307 em 31 de dezembro de 2012) classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, e a quantidade de milhas em aberto correspondia a 39.910.541.087.

22. Adiantamento de clientes

A Companhia realiza vendas antecipadas de milhas e registra na rubrica de “Adiantamento de Clientes”. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto referente a estas vendas antecipadas é representado conforme abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Instituições financeiras (a)	169.649	92.395
Outros	1.755	1.200
	171.404	93.595
Circulante	167.759	93.595
Não circulante	3.645	-

- a) Em 1º de dezembro de 2012, a VRG transferiu à subsidiária Smiles S.A. seu contrato de Parceria Smiles firmado em 1º de dezembro de 2009 junto à instituição financeira Banco Itaú S.A.. O contrato tem como principal objetivo disciplinar a conversão dos pontos acumulados nos programas de recompensas do Banco Itaú S.A. em milhas do Programa Smiles a partir de 1º de janeiro de 2013. O saldo transferido foi integralmente consumido até 31 de dezembro de 2013 (R\$91.808 em 31 de dezembro de 2012).

Em 08 de abril de 2013, a Smiles S.A. concluiu um acordo de venda antecipada de milhas no montante total aproximado de R\$400.000 junto às instituições financeiras Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Santander S.A.. Os recursos foram recebidos pela subsidiária Smiles S.A. em 30 de abril de 2013 e o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2013 era de R\$166.004 e R\$3.645 registrado no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

23. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS	-	-	37.926	25.973
REFIS	13.872	9.826	32.490	29.134
IRRF sobre salários	1	2	23.175	20.492
ICMS	-	-	32.440	22.902
Imposto sobre importação	-	-	3.467	3.355
CIDE	84	20	2.686	1.739
IOF	62	63	62	63
IRPJ e CSLL a recolher	-	4.524	15.838	12.138
Outros	4	3	7.384	5.100
	14.023	14.438	155.468	120.896
Circulante	1.246	5.443	94.430	73.299
Não Circulante	12.777	8.995	61.038	47.597

Adesão a Reabertura do Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS)

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia aderiu à reabertura do parcelamento previsto na Lei 11.941/09 (REFIS), conforme disposto na Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013, incluindo novos débitos junto à Receita Federal com vencimentos até 30 de novembro de 2008.

A Administração optou pelo pagamento dos débitos no montante de R\$11.627 em 180 parcelas, cuja modalidade de pagamento oferece reduções de 60% dos valores relativos à multa de ofício e de mora e 25% dos juros de mora, reduzindo o valor do débito para R\$8.665. A Companhia, assim como efetuado na adesão anterior ao REFIS, em novembro de 2009, utilizou parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$4.311, portanto o valor líquido da dívida foi de R\$4.354 em 31 de dezembro de 2013.

Adoção antecipada da Medida Provisória 627/13

A Medida Provisória nº 627 (MP) e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, ambas de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida pela Lei nº 11.941, de 2009, uma vez que ocorreram pagamentos de dividendos até a data da publicação da referida Medida, a Administração da GLAI e da subsidiária Smiles S.A. optarão pela adoção antecipada da MP, tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção. Assim, também, estará garantida a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404, de 1976, para fins do cálculo do limite previsto em lei dos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio.

No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida Medida relacionado ao resultado apurado do exercício de 2013, a Administração da subsidiária Smiles S.A concluiu que serão superiores aos que seriam apurados em consonância com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 e, portanto, a parcela excedente estará sujeita ao imposto de renda retido na fonte para pagamentos a beneficiários enquadrados como pessoa física e residentes e/ou domiciliados no exterior.

A Administração da GLAI e da subsidiária Smiles S.A. permanece avaliando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida. Já a Administração da Controladora VRG está analisando os potenciais efeitos da nova norma e aguarda a conversão desta em Lei para decisão quanto à adesão das demais empresas do grupo a partir de 2014.

24. Provisões

	Provisão para seguros	Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet (a)	Provisões para devolução de aeronaves e motores VRG e Webjet (b)	Provisão para reestruturação (c)	Processos judiciais (d)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.611	17.889	312.412	36.978	92.940	479.830
Provisões adicionais reconhecidas	38.178	12.552	99.976	2.751	21.125	174.582
Provisões realizadas	(40.205)	(18.261)	(115.144)	(39.780)	-	(213.390)
Variação cambial	(65)	201	37.665	51	3.500	41.352
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17.519	12.381	334.909	-	117.565	482.374
Em 31 de dezembro de 2012						
Circulante	19.611	17.889	105.472	36.978	-	179.950
Não circulante	-	-	206.940	-	92.940	299.880
	19.611	17.889	312.412	36.978	92.940	479.830
Em 31 de dezembro de 2013						
Circulante	17.519	12.381	169.571	-	-	199.471
Não circulante	-	-	165.338	-	117.565	282.903
	17.519	12.381	334.909	-	117.565	482.374

a) Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet

Em 2011, de acordo com o planejamento estratégico da Webjet, foi constituída provisão para devolução antecipada de aeronaves. Esta provisão foi calculada com base no fluxo de devolução de 18 aeronaves referente contratos de arrendamentos operacionais, das aeronaves modelo Boeing 737-300, como parte da renovação da frota da Webjet. As devoluções antecipadas das aeronaves estão previstas para ocorrer até 30 de abril de 2014 e os vencimentos originais dos contratos de arrendamento estão entre 2012 a 2014. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia reavaliou as premissas adotadas para a constituição da provisão para devolução antecipada de aeronaves da Webjet e registrou um complemento de R\$12.552 face às obrigações contratuais de devolução. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou 10 devoluções de aeronaves com os seguintes prefixos: PR-WJS, PR-WJT, PR-WJM, PR-WJL, PR-WJE, PR-WJO, PR-WJQ, PR-WJR, PR-WJU e PR-WJN.

b) Devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução considera os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, sem opção de compra, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de leasing, cuja contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/benfeitorias de aeronaves), conforme nota explicativa nº16.

c) Provisão para reestruturação

A provisão para reestruturação representa o montante estimado de gastos necessários para o encerramento das atividades da Webjet e a descontinuidade de sua marca. A primeira medida do plano de reestruturação foi a extinção das operações de voo e a descontinuidade da frota Boeing 737-300, anunciada em 23 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou a totalidade das obrigações relacionadas ao plano de reestruturação.

d) Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas são partes em 23.792 (6.873 trabalhistas e 16.919 cíveis) processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira.

	<u>Operação</u>	<u>Sucessão</u>	<u>Total</u>
Cíveis judiciais	14.012	472	14.484
Cíveis administrativos	2.424	11	2.435
Trabalhistas judiciais	3.372	3.293	6.665
Trabalhistas administrativos	206	2	208
	<u>20.014</u>	<u>3.778</u>	<u>23.792</u>

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos à bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	66.294	38.484
Trabalhistas	51.271	54.456
	<u>117.565</u>	<u>92.940</u>

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2013, de R\$13.226 para as ações cíveis e R\$3.929 para as ações trabalhistas (R\$37.250 e R\$16.354 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2013:

- A GLAI vem discutindo judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$37.750, relativo aos exercícios dos anos de 2006 a 2008, valores pagos por sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela VRG em 25 de setembro de 2008. De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos e com base na jurisprudência ocorrida em fatos recentes, a Companhia classificou este processo com a probabilidade de perda possível, sem constituição de provisão para o valor envolvido. Adicionalmente, a Companhia mantém junto ao Bic Banco uma carta de crédito com garantia parcial sobre o do valor do processo de R\$19.917 conforme apresentado na nota explicativa nº5.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$14.315 decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Jan/2007 a Dez/10

referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.

- Multa aduaneira no montante de R\$31.821 referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF (BSSF Air Holdings), montante de R\$42.187 decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$21.697 que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$147.770 em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato.

A Administração entende que a ausência da caracterização da circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS e com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparadas em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores. Em 31 de dezembro de 2013, o valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$229.450 (R\$217.279 em 31 de dezembro de 2012) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social está representado por 278.861.326 ações, sendo 143.858.204 ações ordinárias e 135.003.122 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária era como segue:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	22,30%	62,38%	100,00%	22,99%	62,74%
Wellington Management	-	10,49%	5,08%	-	10,50%	5,08%
Delta Airlines, Inc.	-	6,15%	2,98%	-	6,15%	2,98%
Fidelity Investments	-	5,21%	2,52%	-	5,22%	2,52%

Ações em tesouraria	-	1,59%	0,77%	-	1,78%	0,86%
Outros	-	1,51%	0,73%	-	1,48%	0,72%
Mercado	-	52,75%	25,54%	-	51,88%	25,10%
		<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 era de R\$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A cotação das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA correspondeu a R\$10,48 e US\$4,57 na New York Stock Exchange – NYSE (R\$12,90 e US\$6,56 em 31 de dezembro de 2012). O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2,33 (R\$2,79 em 31 de dezembro de 2012).

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, limitada a 20% do capital social, de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia.

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado após reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos em dinheiro somente de lucros retidos não apropriados e certas reservas registradas nos registros contábeis da Companhia.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 2.146.725 ações em tesouraria, totalizando R\$32.116, com valor de mercado de R\$22.499 (R\$35.164 em ações com valor de mercado de R\$30.918 em 31 de dezembro de 2012).

e) Remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da reserva de remuneração baseada em ações era de R\$85.438 (R\$79.255 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia registrou uma despesa com remuneração baseada em ações no montante de R\$6.183 atribuível aos acionistas controladores e R\$905 aos acionistas não controladores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo a contrapartida como custo com pessoal na demonstração de resultado (R\$10.653 atribuível aos acionistas controladores em 31 de dezembro de 2012).

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a uma perda líquida de impostos de R\$18.162 (perda líquida de R\$68.582 em 31 de dezembro de 2012) conforme nota explicativa nº31.

26. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Total	%	Total	%
Com pessoal (a)	(7.705)	(8,5)	(12.816)	(58,3)
Prestação de serviços	(9.718)	(10,7)	(1.539)	(7,0)
Depreciação e amortização	-	-	(89)	(0,4)
Outras despesas	(8.555)	(9,4)	(363)	(1,7)
Outras receitas operacionais (b)	116.710	128,6	36.802	167,3
	90.732	100,0	21.995	100,0

	Consolidado (IFRS)					
	31/12/2013					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais (b)	Total	%
Pessoal	(1.002.471)	(72.085)	(258.906)	-	(1.333.462)	15,3
Combustíveis e lubrificantes	(3.610.822)	-	-	-	(3.610.822)	41,6
Arrendamento de aeronaves	(699.193)	-	-	-	(699.193)	8,0
Seguro de aeronaves	(20.222)	-	-	-	(20.222)	0,2
Material de manutenção e reparo	(460.805)	-	-	-	(460.805)	5,3
Prestação de serviços	(302.204)	(109.079)	(188.196)	-	(599.479)	6,9
Comerciais e Publicidade	-	(516.059)	-	-	(516.059)	5,9
Tarifas de pouso e decolagem	(566.541)	-	-	-	(566.541)	6,5
Depreciação e amortização	(484.479)	(6)	(76.481)	-	(560.966)	6,5
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	116.710	116.710	(1,3)
Outras, líquidas	(329.672)	(28.210)	(81.502)	-	(439.384)	5,1
	(7.476.409)	(725.439)	(605.085)	116.710	(8.690.223)	100,0

	31/12/2012					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais (b)	Total	%
Pessoal	(1.312.565)	(85.743)	(171.362)	-	(1.569.670)	17,4
Combustíveis e lubrificantes	(3.742.219)	-	-	-	(3.742.219)	41,5
Arrendamento de aeronaves	(644.031)	-	-	-	(644.031)	7,1
Seguro de aeronaves	(26.875)	-	-	-	(26.875)	0,3
Material de manutenção e reparo	(417.990)	-	-	-	(417.990)	4,6
Prestação de serviços	(294.444)	(63.528)	(170.765)	-	(528.737)	5,9
Comerciais e Publicidade	-	(426.582)	-	-	(426.582)	4,7
Tarifas de pouso e decolagem	(559.421)	-	-	-	(559.421)	6,2
Depreciação e amortização	(446.588)	-	(73.043)	-	(519.631)	5,8
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	36.802	36.802	(0,4)
Outras, líquidas	(457.488)	(54.734)	(41.835)	(56.761)	(610.818)	6,8

(7.901.621)	(630.587)	(457.005)	(19.959)	(9.009.172)	100,0
-------------	-----------	-----------	----------	-------------	-------

- (a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração;
- (b) Inclui os ganhos reconhecidos integralmente e as perdas diferidas com transações de *sale-leaseback* de aeronaves. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou operações de *sale-leaseback* de 15 aeronaves (6 aeronaves em 31 de dezembro de 2012).

27. Receita de vendas

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Transporte de passageiros	8.399.652	7.409.984
Transporte de cargas	332.059	303.476
Outras receitas	748.610	803.032
Receita bruta	9.480.321	8.516.492
Impostos incidentes	(524.109)	(412.933)
Receita líquida	8.956.212	8.103.559

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A partir de 01 de janeiro de 2013, o Governo Federal através da Medida Provisória 540/11, convertida na Lei 12.546/11, determinou que a contribuição ao INSS sobre folha de pagamento fosse calculada à alíquota de 1% sobre o faturamento e, dentre as atividades desoneradas, enquadra-se a receita de transporte de passageiros. Por ser uma contribuição que passou a ser calculada sobre o faturamento, a Companhia passou a apresentar o INSS como redução da receita bruta. Tal mudança foi realizada a partir da data de entrada em vigor da Medida Provisória, e o montante registrado em 31 de dezembro de 2013 referente a esta mudança era de R\$87.406.

A receita por segmento geográfico é como segue:

	Consolidado (IFRS)			
	31/12/2013	%	31/12/2013	%
Doméstico	8.140.302	90,9	7.535.068	92,9
Internacional	815.910	9,1	568.491	7,1
Receita líquida	8.956.212	100,0	8.103.559	100,0

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	413.319	227.980
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	4.677	21.529	149.505	99.287

Variações monetárias	6.129	1.982	15.198	13.231
Outros	12.505	16.918	24.502	29.716
	23.311	40.429	602.524	370.214
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	(30.315)	-	(363.736)	(177.644)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(152.176)	(133.046)	(532.078)	(453.731)
Comissões e despesas bancárias	(912)	(5.144)	(53.521)	(37.665)
Variações monetárias	-	-	(3.514)	(9.085)
Outros	(2.801)	(2.635)	(78.795)	(86.727)
	(186.204)	(140.825)	(1.031.644)	(764.852)
Variação cambial, líquida	(133.843)	(96.309)	(490.096)	(284.571)
Total	(296.736)	(196.705)	(919.216)	(679.209)

29. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Em virtude do início das operações do Programa Smiles como entidade independente ter ocorrido somente a partir de 1º de janeiro de 2013, a estrutura de apresentação das informações por segmento apresentou alterações a partir desta data, passando então a ter dois segmentos operacionais reportáveis. As informações destes segmentos apresentadas aos principais tomadores de decisões para alocarem recursos e avaliarem o desempenho dos segmentos focam nos tipos de serviços prestados conforme abaixo:

- Segmento de transporte aéreo;
- Segmento de programa de fidelização de clientes.

Esta nota não está sendo apresentada de forma comparativa em 31 de dezembro de 2012 pois o modelo de negócio utilizado pelo Programa Smiles até a separação das operações era de uma extensão das operações do segmento de transporte aéreo onde, por exemplo, os custos da prestação de serviço estavam embutidos e diluídos nos custos operacionais do segmento de transporte aéreo. Com a separação das operações, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram assinados acordos operacionais para compra de passagens e venda de milhas entre os segmentos que representam parte significativa das receitas e custos do segmento “Programa de Fidelidade Smiles”. Portanto, quaisquer comparações com as informações de exercícios anteriores seriam inapropriadas por não refletirem o modelo de negócios atual. As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada relacionada aos segmentos reportáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as políticas contábeis aplicadas.

Ativos e passivos dos segmentos operacionais:

	31/12/2013				
	Transport e Aéreo	Programa de Fidelidade Smiles	Combinação dos Segmentos Operacionais	(-) Eliminações e Ajustes de Prática Contábil	Total Consolidado
<u>Ativo</u>					
Circulante	3.158.731	834.116	3.992.847	(427.138)	3.565.709
Não circulante	7.727.103	1.110.034	8.837.137	(1.764.398)	7.072.739
Total dos ativos	10.885.834	1.944.150	12.829.984	(2.191.536)	10.638.448

Passivo					
Circulante	3.501.303	344.120	3.845.423	(398.632)	3.446.791
Não circulante	6.733.604	270.974	7.004.578	(1.031.421)	5.973.157
Patrimônio líquido	650.927	1.329.056	1.979.983	(761.483)	1.218.500
Total do passivo e patrimônio líquido	10.885.834	1.944.150	12.829.984	(2.191.536)	10.638.448

Receitas e os resultados dos segmentos operacionais:

	31/12/2013				
	Transporte Aéreo	Programa de Fidelidade Smiles	Combinação dos Segmentos Operacionais	Eliminações e Ajustes de Prática Contábil	Total Consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros	8.077.709	-	8.077.709	44.452	8.122.161
Transporte de cargas e outras	784.086	-	784.086	(11.060)	773.026
Receita com resgate de milhas	-	573.346	573.346	(512.321)	61.025
Custo dos serviços prestados	(7.559.496)	(304.004)	(7.863.500)	387.091	(7.476.409)
Lucro bruto	1.302.299	269.342	1.571.641	(91.838)	1.479.803
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(703.824)	(51.452)	(755.276)	29.837	(725.439)
Despesas administrativas	(601.187)	(37.719)	(638.906)	33.821	(605.085)
Outras receitas operacionais, líquidas	116.710	-	116.710	-	116.710
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	587.752	129.704	717.456	(114.932)	602.524
Despesas financeiras	(1.146.430)	(146)	(1.146.576)	114.932	(1.031.644)
Variação cambial, líquida	(489.765)	(331)	(490.096)		(490.096)
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	(934.445)	309.398	(625.047)	(28.180)	(653.227)
Imposto de renda e contribuição social e diferidos	20.607	(101.554)	(80.947)	9.584	(71.363)
Prejuízo (lucro) líquido do período	(913.838)	207.844	(705.994)	(18.596)	(724.590)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	(796.547)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	71.957

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles S.A., que constitui o segmento “Programa de Fidelidade Smiles” e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva do segmento “Programa de Fidelidade Smiles”, esse tratamento é adequado pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para os seus fornecedores a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva do consolidado, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação às trocas de milhas do programa por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os resultados, ativos e passivos consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e para fins de consolidação, além das eliminações, foi realizado um ajuste de prática contábil nas receitas provenientes do Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado as milhas que foram usadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

30. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 139 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$36.550.088 (correspondendo a US\$15.602.360 na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	2.690.803
2014	1.764.882	2.740.256
2015	1.167.524	2.722.067
2016	1.221.579	2.821.653
2017	1.880.941	1.640.785
2018	1.284.752	448.242
2019 em diante	29.230.410	19.398.684
	<u>36.550.088</u>	<u>32.462.490</u>

Em 31 de dezembro de 2013, dos compromissos mencionados acima, a Companhia possui compromissos no montante de R\$4.831.355 (correspondendo a US\$2.062.390 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, que deverão ser desembolsados conforme os exercícios abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	283.693
2014	163.368	389.047
2015	255.714	444.920
2016	136.009	146.706
2017	236.269	171.725
2018	574.250	455.171
2019 em diante	3.465.745	2.155.285
	<u>4.831.355</u>	<u>4.046.547</u>

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2013, a frota total era composta de 142 aeronaves, excluindo 3 aeronaves de arrendamento operacional em fase final de devolução e 5 de propriedade Webjet, dentre as quais 96 eram arrendamentos mercantis operacionais e 46 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 40 aeronaves sob arrendamento financeiro que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu 15 aeronaves com base em contrato de arrendamento mercantil operacional e 01 com base em contrato de arrendamento financeiro. Houve a devolução de 3 aeronaves sob o regime de arrendamento operacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

a) Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis são denominados em Dólares norte-americanos e estão demonstradas como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	720.708
2014	693.125	520.677
2015	581.153	358.766
2016	508.828	292.357

2017	456.990	261.965
2018	397.103	220.312
2019 em diante	1.456.846	658.957
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	<u>4.094.045</u>	<u>3.033.742</u>

b) Transações com *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os montantes de R\$5.247 e R\$3.118, na rubrica de “Outras obrigações” no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$7.564 e R\$8.367 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a ganhos com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. em 2006 de 8 aeronaves 737-800 *Next Generation*. Esses ganhos foram diferidos e estão sendo amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais, dos quais 3 aeronaves possuem prazo contratual de 144 meses e 5 aeronaves possuem prazo contratual de 120 meses.

Nesta mesma data, a Companhia possuía os montantes de R\$8.923 e R\$26.526 na rubrica de “Despesas antecipadas” no ativo circulante e não circulante, respectivamente (R\$9.373 e R\$35.456 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes às perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves. Durante os anos de 2007, 2008 e 2009 estas perdas foram diferidas, e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou o ganho de R\$116.710 decorrente de 15 aeronaves recebidas durante o exercício (6 aeronaves em 31 de dezembro de 2012) que foram objeto de transações de *sale-leaseback* e resultaram em arrendamentos classificados como operacionais. Tendo em vista que os ganhos e as perdas com transações com *sale-leaseback* não serão compensados com pagamentos futuros do contrato de arrendamento mercantil e foram negociados de acordo com o valor justo das aeronaves, tais ganhos foram, portanto, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

31. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que partes desses instrumentos financeiros são derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (*hedge*) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. As contratações podem ser realizadas por meio dos fundos exclusivos de investimento, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos e tem uma diretriz formal, em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (CPR) e submetidas ao Conselho de Administração. O Comitê de Políticas estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos.

Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis

possui cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos para fins de *hedge accounting* no momento de sua liquidação, e estão apresentados nas tabelas ao decorrer desta nota explicativa.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (a)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.635.647	775.551	-	-
Aplicações financeiras (c)	1.155.617	585.028	-	-
Caixa restrito	254.456	224.524	-	-
Direitos com operações de derivativos (b)	48.934	10.696	-	-
Contas a receber	-	-	324.821	325.665
Depósitos (d)	-	-	630.168	500.379
Outros créditos	-	-	66.773	74.360
Prêmios de <i>hedge</i> – despesa antecipada	-	-	1.532	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos		-	5.589.385	5.191.175
Fornecedores		-	502.919	480.185
Obrigações com operações de derivativos (b)	30.315	56.752	-	-

- (a) Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº18.
- (b) A Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$18.162 líquido de impostos (R\$68.582 em 31 de dezembro de 2012) no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida destes ativos e passivos, conforme nota explicativa nº25f.
- (c) A Companhia gerencia suas aplicações financeiras como mantidas para negociação para suprir suas despesas operacionais.
- (d) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº10.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (em especial, preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez.

O programa de gestão de riscos da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro.

As decisões da Companhia e suas controladas sobre a parcela de exposição a ser protegida contra riscos financeiros, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção.

A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista, no mínimo, trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Riscos.

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco do preço de combustível

Em 31 de dezembro de 2013, os gastos com combustível representaram 42% dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com as variações no preço do petróleo cru e de seus derivados.

Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados; também são contratadas, diretamente com o fornecedor local, entregas futuras do combustível de aeronave a preços pré-determinados.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira decorrem principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

As receitas da Companhia e suas controladas são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros.

Para mitigar o risco de taxa de câmbio, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados ao dólar norte-americano.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo				
Caixa e aplicações financeiras	319.565	181.941	1.061.746	371.360
Contas a receber	-	-	39.924	17.534
Depósitos	-	-	630.168	556.582
Prêmios de <i>hedge</i> – Despesa antecipada	-	-	1.532	-
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	27.238	15.291
Créditos com empresas relacionadas	-	534.262	-	-
Resultado com operações de <i>hedge</i>	-	-	48.934	10.696
Outros	-	-	5.968	4.384
Total do ativo	319.565	716.203	1.815.510	975.847
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	-	-	30.629	23.876
Empréstimos e financiamentos	1.698.982	1.511.709	2.151.051	1.584.897
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.195.328	2.052.540
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	45.140	35.845
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	347.290	312.411
Provisão para contingência	-	-	27.267	23.766
Obrigações com empresas relacionadas	113.741	493.918	-	-
Total do passivo	1.812.723	2.005.627	4.796.705	4.033.335
Exposição cambial em R\$	1.493.158	1.289.424	2.981.195	3.057.488
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	4.094.045	3.033.742

Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	36.550.088	32.462.490	36.550.088	32.462.490
Total	36.550.088	32.462.490	40.644.133	35.496.232
 Total da exposição cambial R\$	38.043.246	33.751.914	43.625.328	38.553.720
Total da exposição cambial US\$	16.239.753	16.516.718	18.622.611	18.866.513
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,3426	2,0435	2,3426	2,0435

c) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e de suas controladas estão expostos às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente taxa CDI e taxa *Libor*, respectivamente. A maior exposição está nas operações futuras de arrendamento mercantil, cujas despesas de aluguel dependem da taxa *Libor* no momento da entrega da aeronave. Outra exposição relevante está nas aplicações e dívidas locais indexadas à taxa CDI.

Para mitigar o risco da taxa de juros, a Companhia e suas controladas contratam derivativos do tipo *swap*.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia e suas controladas, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários.

O risco de crédito do “contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia e suas controladas, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, ficando uma pequena parcela exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades.

Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia e suas controladas tem, como obrigação, avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo de “*investment grade*” na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody’s. Os instrumentos financeiros derivativos são, na maioria, contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e *NYMEX*), o que mitiga substancialmente o risco de crédito; as operações de derivativos contratadas em mercado de balcão (OTC) tem contrapartes com *rating* mínimo de “*investment grade*”. A Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas estabelece também um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia e suas controladas estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Em 31 de dezembro de 2013, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 17 dias e das dívidas financeiras, excluindo o bônus perpétuo, era de 4,5 anos.

f) Gerenciamento de capital

A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Consolidado (IFRS)	
	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio total (b)	650.926	732.828
Caixa e equivalentes de caixa	(1.635.647)	(775.551)
Caixa restrito	(254.456)	(224.524)
Aplicações financeiras	(1.155.617)	(585.028)
Empréstimos e financiamentos	5.589.385	5.191.175
Dívida líquida (a)	2.543.665	3.606.072
Taxa de alavancagem (a)/(b)	391%	492%

A Companhia e suas controladas permanecem comprometidas a manter a liquidez elevada e um perfil de amortização sem pressão de refinanciamento no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Derivativos de instrumentos patrimoniais	Total
Ativo (passivo) em 31 de Dezembro de 2012	12.864	-	(54.749)	-	(41.885)
Variações no valor justo:					
Ganhos (perdas) líquidos reconhecidos (as) em resultados (a)	4.675	10.373	18.781	(30.315)	3.514
Ganhos (perdas) reconhecidos (as) em outros resultados abrangentes	8.152	-	93.601	-	101.753
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	(2.818)	(10.373)	(22.759)	-	(35.950)
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2013 (*)	22.873	-	34.874	(30.315)	27.432

Movimentação de outros resultados abrangentes	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Derivativos Instrum. Patrimoniais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.389	-	(69.971)	-	(68.582)
Ajustes de valor justo durante o exercício	8.152	-	93.601	-	101.753
Reversões liquidas para o resultado (b)	(6.105)	-	(19.253)	-	(25.358)
Efeito fiscal	(697)	-	(25.278)	-	(25.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.739	-	(20.901)	-	(18.162)
Efeitos no resultado (a+b)	10.780	10.373	38.034	(30.315)	59.187
Reconhecidos em resultado operacional	(3.777)	-	(16.934)	-	(20.711)
Reconhecidos em resultado financeiro	14.557	10.373	54.968	(30.315)	49.583

* Classificado como “Direitos com operações de derivativos” caso o saldo seja ativo ou como “Obrigação com operações de derivativos” caso o saldo seja um passivo. Inclui R\$7.281 de ativo referente aos hedges realizados em fundo exclusivo e R\$ 1.532 de pagamentos de prêmios de hedge.

A Companhia e suas controladas adotam o *Hedge Accounting*. Em 31 de dezembro de 2013, os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de taxa de juros e preço do combustível estavam classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica

OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Classificação dos instrumentos financeiros derivativos

i. *Hedge* de fluxo de caixa

No *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia e suas controladas protegem a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações, da taxa de juros ou do preço do combustível, e contabilizam as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge*.

A Companhia e suas controladas estimam a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegido.

Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no exercício em que o custo ou despesa objeto do *hedge* impacta resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício.

ii. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos que formalmente não são designados para a contabilidade de proteção. Estas situações ocorrem quando não compensa a complexidade do controle e divulgação, ou quando a variação do valor justo do derivativo deve ser reconhecida no resultado no mesmo exercício dos efeitos do risco protegido.

iii. Derivativos de instrumentos patrimoniais

Em abril de 2013, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a General Atlantic Service Company LLC., (“G.A.”) que estabeleceu a outorga, pela Companhia, de uma opção de compra de ações de sua emissão que permita a aquisição secundária, pela GA (ou outra pessoa por ela designada), de ações de emissão da Smiles S.A. detidas pela Companhia. Tais opções podem ser exercidas em um exercício de até 12 (doze) meses contados da liquidação financeira da Oferta, ou seja, a partir de 02 de maio de 2013, de um montante de ações de emissão da Smiles S.A. equivalente a 20% (vinte por cento) do investimento realizado pela GA, no mesmo preço por ação apurado na Oferta, corrigido entre a data da liquidação financeira da Oferta e a data de exercício da opção com base na variação do CDI. A Companhia utilizou a metodologia Black-Scholes para o cálculo e apurou o valor justo da transação que representa, em 31 de dezembro de 2013, uma perda de R\$30.315 registrada na rubrica de “Perda com operações de derivativos”. A contrapartida do registro, registrada no passivo como “Obrigações com Operações de Derivativos” será convertida para o Patrimônio Líquido à medida em que ocorrer o exercício das opções pela G.A.. Enquanto não exercidas, todos e quaisquer direitos atribuíveis às ações das opções em questão serão de titularidade da Companhia, independente da data em que vier a ocorrer o seu pagamento ou a sua liquidação.

Em 25 de outubro de 2013, a G.A. cedeu em caráter não oneroso, as opções de compra detidas em seu favor para sua controladora G.A. Brasil V Fundo de Investimento em Participações (GAFIP), tornando-se esta a detentora destes instrumentos. Tal operação não gerou qualquer impacto sobre estas demonstrações financeiras.

Atividades de *hedge*

a) *Hedge* de combustível

Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (*Jet Fuel*) negociados em bolsas de mercadorias, a Companhia e suas controladas contratam derivativos de petróleo cru (WTI, Brent) e seus derivados (*Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços destes produtos têm alta correlação com os preços do combustível de aviação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem contratos de opções e *colars* de Brent, designados como *cash flow hedge accounting* de combustível.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo da Companhia e suas controladas estão sumariados a seguir:

Saldo final em:	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo ao final do exercício (R\$)	22.294	12.864
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> “reconhecidos” no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	2.740	1.389
Exercício encerrado em:	31/12/2013	31/12/2012
Resultado de <i>hedge</i> reconhecidos em custos operacionais (R\$)	(3.777)	3.255
Resultado de <i>hedge</i> reconhecidos em receitas financeiras (R\$)	13.978	8.543
Total de ganhos	10.201	11.798

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem contratos de *crack Brent x Heating Oil*, não designados como *cash flow hedge accounting* de combustível.

Saldo final em:	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo ao final do exercício (R\$)	579	-
Ganhos reconhecidos em despesas financeiras (R\$)	579	-
Posição total em:	31/12/2013	31/12/2012
Volume protegido para exercícios futuros (Mil barris)	1.183	1.849
Volume contratado para exercícios futuros (Mil barris)	1.860	2.958

	1T14	2T14	3T14	4T14	Total 12M	1T15
Percentual da exposição de combustível protegido	19%	15%	7%	6%	12%	2%
Volume contratado (Mil barris)	693	559	274	250	1.776	84
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) *	109,27	109,26	103,79	103,79	107,65	103,75
Total em Reais **	177.384	143.081	66.618	60.785	447.868	20.416

* Média ponderada dos *strikes* de *calls*.

** A taxa de câmbio em 31/12/2013 era de R\$2,3426/US\$1,00.

b) *Hedge* de câmbio

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos de futuro de Dólar norte-americano para proteção cambial do fluxo de caixa, não designados como *hedge accounting*. As perdas e ganhos dos derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão apresentados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo ao final do exercício (R\$)	-	-
Volume protegido para exercícios futuros (US\$)	319.000	368.250

<u>Exercício Encerrado em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ganhos reconhecidos como receitas financeiras (R\$)	<u>10.373</u>	<u>(1.349)</u>

	<u>1T14</u>	<u>2T14</u>	<u>Total 12M</u>
Percentual da exposição de fluxo de caixa protegida	43%	31%	16%
Valor nominal (US\$)	150.000	169.000	319.000
Taxa contratada a futuro (R\$)	2,3704	2,37	2,3701
Total em Reais	<u>355.553</u>	<u>400.522</u>	<u>756.075</u>

Desde março de 2012 que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de swap cambial (USD x CDI). A tabela abaixo demonstra os valores reconhecidos no resultado financeiro referente a essas operações:

<u>Exercício encerrado em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Perdas reconhecidas em despesas financeiras	-	(4.211)

c) *Hedge de taxa de juros*

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas detêm instrumentos financeiros derivativos do tipo swap designados como *cash flow hedge* de taxas de juros Libor. A posição dos contratos derivativos de juros Libor está apresentada a seguir:

<u>Saldo final em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Valor justo ao final do exercício (R\$)	<u>34.873</u>	(56.752)
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	<u>1.319.250</u>	278.058
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	<u>(20.901)</u>	(69.971)
<u>Exercício encerrado em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ganhos (perdas) reconhecidos em despesas financeiras (R\$)	<u>45.785</u>	(7.065)
Perdas reconhecidos em custos operacionais (R\$)	<u>(16.934)</u>	-
Total de Ganhos (perdas)	<u>28.851</u>	<u>(7.065)</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não detinham posição em contratos derivativos de juros Libor não designados como *hedge accounting*. A posição destes contratos está apresentada a seguir:

<u>Saldo final em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Valor justo ao final do exercício (R\$)	-	2.003
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	-	82.100
<u>Exercício encerrado em:</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ganhos reconhecidos como receitas financeiras (R\$)	<u>9.183</u>	<u>1.879</u>

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros, a seguir, demonstram a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2013 e com base nos cenários acima descritos.

O cenário provável da Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado.

Nos quadros, valores expostos positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

Controladora

I) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro de 2013, a Controladora possui uma exposição cambial passiva líquida de R\$1.493.158. (vide nota explicativa nº31b). Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$2,3426/US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e apurou o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário adverso possível +25%	Cenário adverso remoto +50%
Passivo líquido	Valorização do Dólar	(1.493.158)	(373.290)*	(746.579)*
		Dólar	2,9282	3,5139

*Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do dólar.

Consolidado

I) Fator de risco combustível

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém contratos de derivativos de petróleo tipo *Brent* e *Crack*, no total de 1.860 mil barris, com vencimentos até janeiro de 2015. O cenário provável para a Companhia é a curva de mercado do *Brent* e de *Crack*, cujos preços em 31 de dezembro de 2013 correspondiam a US\$110,80/bbl e US\$18,44/bbl, respectivamente.

Risco	Valores expostos	Cenário adverso remoto -50%	Cenário adverso possível -25%
Queda nas curvas dos preços	22.873	(148.209)	(63.505)
	<i>Brent</i>	US\$55,40/bbl	US\$83,10/bbl
	<i>Crack</i>	US\$9,22/bbl	US\$13,83/bbl

II) Fator de risco câmbio

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém contratos de derivativo de Dólar no valor nocional de US\$319.000 com vencimentos em fevereiro de 2014, e uma exposição cambial passiva líquida de R\$2.981.195 (vide nota explicativa nº31b). Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$2,3426/US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e apurou o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Valores Expostos	-50%	-25%	+25%	+50%
		R\$1,1713/USD	R\$1,7570/USD	R\$2,9282/USD	R\$3,5139/USD
Passivo, líquido	(2.981.195)	1.490.598	745.299	(745.299)	(1.490.598)
Derivativo	-	(379.837)	(189.918)	189.918	379.837
	(2.981.195)	1.110.761	555.381	(555.381)*	(1.110.761)*

*Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do Dólar.

III) Fator de risco juros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detém aplicações financeiras e dívidas indexadas à taxa CDI, dívidas indexadas ao IPCA e com juros Libor e TJLP, e posição em derivativos de juros Libor.

Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2013 (vide nota explicativa nº19) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário provável	Cenário adverso possível 25%	Cenário adverso remoto 50%
Aplicações - Empréstimos financeiros	Aumento da taxa CDI	(265.991)	-	(12.512)	(25.023)
Derivativo	Queda da taxa Libor	50.616	-	(240.758)	(481.516)

IFRS

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e suas controladas e sobre o seu patrimônio líquido considerando:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros *Libor*, mantendo-se constantes todas as demais variáveis;

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, com base nos cenários acima descritos:

Combustível:

<u>Posição em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Posição em 31 de dezembro de 2012</u>
--	--

Aumento / (Redução) no preço de combustível (Porcentagem)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)
10	(436)	(260)	(368)	(217)
(10)	436	283	368	240

Câmbio - Dólar:

	Posição em 31 de dezembro de 2013		Posição em 31 de dezembro de 2012	
Valorização / (Desvalorização) no Dólar US\$/R\$ (Taxa porcentagem)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)
10	(578)	(382)	(479)	(316)
(10)	578	382	479	316

Taxa de Juros - Libor:

	Posição em 31 de dezembro de 2013		Posição em 31 de dezembro de 2012	
Aumento / (Redução) na taxa Libor (Porcentagem)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)	Efeito no lucro antes do IR (R\$ Milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ Milhões)
10	(0,3)	34	(1)	5
(10)	0,3	(34)	1	(5)

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Instrumento financeiro	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)	Valor contábil	Outros Fatores observáveis significativos (Nível 2)
Equivalentes de caixa	1.635.647	1.635.647	775.551	775.551
Aplicações financeiras	1.155.617	1.180.828	585.028	585.028
Caixa restrito	254.456	254.456	224.524	224.524
Obrigações com operações de derivativos	30.315	30.315	56.752	56.752

Direitos com operações de derivativos

48.934

48.934

10.696

10.696

32. Transações que não afetaram o caixa

Controladora

Em maio de 2013, através de oferta pública de ações da controlada Smiles S.A., houve o aporte de capital no montante de R\$1.095.772, sendo que, conforme mencionado na nota explicativa nº14, a controladora GLAI apurou ganho de R\$611.130 na alteração de participação societária.

Consolidado

Em dezembro de 2013, a Smiles incorporou sua acionista não controladora G.A. Smiles Participações S.A, sem dar origem a qualquer aumento de capital social e/ou emissão de novas ações. O crédito fiscal total de R\$72.942 teve como contrapartida a reserva especial de ágio no patrimônio líquido e os ativos incorporados e passivos assumidos totalizaram R\$429 e R\$416 respectivamente, excluindo o valor de R\$13 referente ao caixa incorporado. Essa transação não afetou seu caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R\$179.910, sendo o montante de R\$79.894 representado pela adição de uma aeronave sob a classificação de arrendamento financeiro e R\$99.976 referente ao incremento de provisão para devolução de aeronaves.

33. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade aeronáutica	Em Reais	Em Dólares
Garantia – casco/guerra	12.620.639	5.388.829
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (*)	1.756.500	750.000
Estoques (local) (*)	327.880	140.000

(*) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar, eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente a partir de 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

34. Eventos subsequentes

- Em 21 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, a aquisição da parcela de 25% sobre o capital total da Netpoints pela controlada Smiles S.A.. Conforme determinações impostas pelo CADE, as partes envolvidas não poderiam concluir a transação em até 15 dias contados a partir da data da aprovação, período este que serviria para eventuais manifestações contrárias à decisão. Tal período encerrou-se em 05 de fevereiro de 2014, e não houve nenhuma manifestação contrária por parte do CADE até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

- b) Em 04 de fevereiro de 2014, a Administração da subsidiária Smiles S.A. aprovou a distribuição de dividendos complementares com base no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à razão de R\$0,10 por ação ordinária, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O montante total distribuído corresponde a R\$12.247 e será pago até o dia 25 de maio de 2014.
- c) Em 04 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da subsidiária Smiles S.A. aprovou a outorga de 1.150.000 (um milhão, cento e cinquenta mil) novas Opções de Compra de Ações (“Opções”) ao preço de R\$31,28 reais por opção, nos termos do Plano de Opções, aos administradores e participantes que se enquadram nos termos do referido plano.
- d) Em 14 de fevereiro de 2014, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu, em série única, um *Guarantee Note* (“Nota Garantida”) com a finalidade de financiamento de manutenção de motores junto à Delta TechOps, com garantia financeira do U.S. Ex-Im Bank no valor de R\$97.428 (US\$40,724 na data da captação) e precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 0,62% a.a.. O financiamento será amortizado trimestralmente em 8 parcelas com data de início em 14 de maio de 2014 e vencimento em 14 de fevereiro de 2016.
- e) Em 19 de fevereiro de 2014 a Companhia assinou um contrato de parceria estratégica para cooperação comercial com a Airfrance-KLM, sujeito à aprovação do CADE. A cooperação abrange a ampliação do compartilhamento de voos, atividades de venda conjuntas aprimoradas e mais benefícios para clientes por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias no mercado brasileiro e europeu. Como parte deste acordo, a Air France-KLM investirá US\$100.000 (equivalente R\$239.860) na Companhia, valor este que abrange um investimento de US\$52.000 (R\$124.727) em ações, o que representará uma participação da Air France-KLM de aproximadamente 1,5% em ações preferenciais da Companhia.
- f) Em 27 de fevereiro de 2014, conforme previsto no contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações firmado em 24 de abril de 2013 entre a Companhia e a G.A. Brasil V Fundo de Investimento em Participações (“G.A.”), a G.A. exerceu a totalidade das opções de compra das ações de emissão da Smiles S.A. outorgadas pela Companhia em seu benefício. O preço de exercício firmado foi de R\$23,30, ou seja, valor pago por ação na oferta pública de ações da Smiles S.A. em 2013 de R\$21,70 corrigido com base na variação de 100% do CDI até 27 de fevereiro de 2014. Com o exercício da totalidade das opções de compra de ações pela G.A., a participação acionária da Companhia na sua subsidiária Smiles S.A., que era de 57,3%, passou a ser de 54,5%.